



FUNDESTE
Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste



Foto: Arlene A. Renk (1988)

Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina-CEOM

Ano 3

nº 5

Chapecó – SC

Novembro/88

ERRATA

- p. 7 - na linha 36, leia-se: "contra as classes dominadas."
- p. 15 - na linha 39, leia-se: "processo de tomada de decisões como na própria execução."
- p. 58 - na linha 26, leia-se: "... muitos caboclos, o que, inversamente, requeria muita terra também."
- p. 62 - na linha 21, leia-se: "Bourdieu."
- p. 62 - na linha 26, leia-se: "Perdizes Grandes".
- p. 62 - na linha 43, leia-se: "Concessões."
- p. 62 - na linha 45, ao invés de 1986 leia-se 1896.
- p. 63 - na linha 23, leia-se: "ortodoxia."
- p. 64 - na linha 09, leia-se: "pai dos pobres" que ocupa a posição dominante - DOMINADA."
- p. 65 - na linha 45, leia-se: "As fronteiras passam..."

0257
EXS 14

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE – FUNDESTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR

Apresentação
Sumário

Prof. Santo Rossetto

Diretor Geral: Prof^o Santo Rossetto
Vice-Diretora: Prof^a Elizabete Rabaldo Bottan

**CADERNO DO CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA
MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE
DE SANTA CATARINA**

Coordenação CEOM:

– Ilda Ana Brisot

Conselho Editorial:

Coordenação Editorial

- Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz
- Nemésio Carlos da Silva

Membros:

- Arlene Anélia Renk
- José Carlos Ortiz

Secretária.

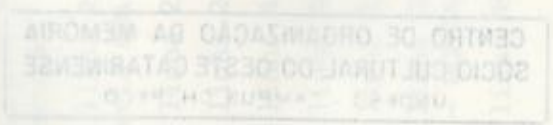
– Mari Regina Hadasz Nickelle

**Centro de Organização da Memória
Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina**

CEOM CEOM - UNOESC - CHAPECÓ
REGISTRO N.º 166

Sumário

- **Apresentação**
Santo Rossetto
- **O que é Cultura**
Santo Rossetto
- **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense: um novo movimento social**
Teresa Kleba Lisboa
- **Movimento do Contestado: o jogo de alianças e rupturas das frações dominantes**
Arlene Anélia Renk
- **Agenda CEOM**
- **O CEOM na Imprensa**



Centro de Organização da Memória
Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina
CEOM

Apresentação

Prof. Santo Rossetto*

O conteúdo fundamental deste 5º Caderno do CEOM apresenta duas interpretações sociológicas e/ou sócio-culturais de dois movimentos sociais que marcam indelevelmente a história do Oeste Catarinense. O primeiro, em sentido cronológico, é o movimento social desencadeado pela civilização cabocla que culminou na Guerra do Contestado, com o extermínio desses importantes predecessores dos colonizadores italianos, alemães e poloneses. O segundo é o Movimento dos Sem-Terra que ainda se desenrola em nossos dias cujos avanços e recuos táticos e estratégicos não deixam de representar uma versão moderna da mesma situação do "Contestado" do começo do século.

Cronologicamente próximos um do outro, eles se aproximam ainda mais do ponto de vista econômico, político e cultural. Economicamente, trata-se de dois episódios sucessivos que demonstram o avanço contínuo e sem barreiras das relações capitalistas do trabalho no campo, envolvendo questões de legitimidade do uso e da posse da terra como meio de produção. Politicamente, são duas etapas sucessivas da mudança nas relações de poder que ocorrem em consequência do avanço das classes dominantes sobre as classes dominadas. Sócio-culturalmente, são modelos típicos de organização e luta que destilam de seu bojo uma grande variedade de expressões significativas, de valores, de concepções, de lirismos, etc. No caso do Contestado, esse universo cultural já se traduziu e continua se traduzindo na linguagem cultural dos brancos "letrados", e manifestações folclóricas, teatrais, literárias, etc.

No caso do Movimento Social dos Sem-Terra, o caldo sócio-cultural e político-ideológico que lubrifica a engrenagem que arrasta a procissão de andarilhos, revela-se numa grande quantidade de "palavras de ordem", de livros e canções, de forma literárias que vão desde o panfleto até o jornal alternativo, desde o manual de instruções até os documentos com análises conjunturais mais amplas e mais profundas elaboradas por lideranças de todos os matizes.

Os dois estudos deste Caderno não pormenorizam todos esses aspectos da Guerra do Contestado e do Movimento dos Sem-Terra. Temos certeza, entretanto, que aquilo que é abordado é suficiente por torná-los bibliografia importante a servir de subsídio para todo estudioso do assunto.

* Diretor Geral do CES/FUNDESTE
Autor do Projeto CEOM

O que é cultura

Santo Rossetto*

“... **el hombre** no es um ser abstracto, agazapado fuera del mundo. El hombre es el mundo de los hombres, el Estado, la sociedad. Este Estado, esta sociedad, producen la religión, **una conciencia del mundo invertida**, porque ellos son un mundo invertido. La religión es la teoría general del mundo, su compendio enciclopédico, su lógica bajo forma popular, su pundonor espiritualista, su entusiasmo, su sanción moral, su solemne complemento, su razón general de consolación y justificación. Es la **fantástica realización** de la esencia humana, porque la esencia humana, carece de realidad. La lucha contra la religión, es por tanto, indirectamente, la lucha contra **aquel mundo** que tiene en la religión su arma espiritual... La religión es el suspiro de la criatura agobiada, el estado de ánimo de un mundo sin corazón, porque es el espíritu de los estados de cosas carentes de espíritu. La religión es el ópio del pueblo.” (MARX & ENGELS, 1958, p. 3)¹

A crítica que Marx e Engels fazem à religião, como suprema forma de alienação do homem que tenta erradamente despojar-se de sua materialidade histórica, pode ser aplicada, com devida proporção, à maioria dos chamados “eventos” ou “promoções” culturais que nada tem a ver com a verdadeira natureza antropológico-social da cultura. “Promoções” ou “eventos” culturais, quando reduzidos a manifestações tendentes apenas a “distrair” os participantes, nada mais são do que momentos de interrupção e descontinuidade do processo de humanização crescente do próprio homem. Neste sentido, ao lado dos rituais religiosos, são outras tantas formas de alienação mesmo que, oficialmente, se apresentem como medidas de incentivo a este ou àquele gênero de arte.

Esse processo de alienação é um dos fundamentos primários que sustentam e legitimam a divisão e oposição antagônica que geralmente se faz entre homens “cultos” e homens “ignorantes”, entre o “erudito” e o “popular” e, muitas vezes, entre arte e artesanato. Em síntese, tudo isso transforma-se no caldo ideológico que lubrifica o funcionamento por natureza atritivo de uma estrutura social caracterizada por um acentuado processo de estratificação de seu corpo. Neste corpo social, constituído de homens divididos entre si, em decorrência de um modo de produção baseado na propriedade privada, o próprio SABER, como qualquer outro produto da atividade social é apropriado expoliativamente pela classe dominante (aqui identificada com “elite cultural” que produz a arte erudita) contra as classes dominadas (aqui identificadas como autores ou intérpretes de arte popular).

* Diretor Geral da FUNDESTE

— Autor do Projeto que originou o CEOM/CES/FUNDESTE

“... o homem não é um ser abstrato, acaçapado fora do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, produzem a religião, uma consciência do mundo invertida, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral do mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica sob forma popular, seu pundonor espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu solene complemento, sua razão geral de consolação e justificação. É a fantástica realização da essência humana, porque a essência humana, carece de realidade. A luta contra a religião, é portanto, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião sua arma espiritual.

A religião é o suspiro da criatura angustiada, o estado de ânimo de um mundo sem coração, porque é o espírito dos estados de coisas carentes de espírito. A religião é o ópio do povo”. (MARX E ANGELS).

A questão do falso conceito de cultura está intimamente relacionada ao fato da existência em moda dos chamados "Conselhos Municipais de Cultura". Na sua grande maioria, essas organizações pretensamente promotoras de cultura, dedicam-se a promover festividades, danças, a música erudita, a pintura, os lançamentos literários, em fim, a celebração daqueles eventos que dizem respeito à história dos homens "estudados" e "cultos" que precisam dar lições de saber aos que não o sabem.

O esforço de corrigir essa tendência, que mistifica tanto a produção quanto o consumo do que se chama cultura, passa, necessariamente, pela revisão do conceito do próprio homem. Este com efeito, não pode continuar sendo falsamente concebido como uma espécie de milagre da natureza, algo acrescentado e contraposto ao mundo material por uma intervenção extra-terrena, qualquer que seja a matéria atribuída a esse Criador ao qual o ser humano está umbilical e teleologicamente ligado. Contrariando ao que deixa entender essa concepção idealístico-mitológica, o homem é o "mundo dos homens", na expressão aparentemente tautológica de Marx. O que ele quer dizer é que o homem é o produto de si mesmo enquanto ser animal, cujo processo de diferenciação dos demais seres animais resulta unicamente do trabalho produtivo consciente, não alienado. A partir do momento histórico (que deve ser entendido em termos de milênios de evolução) em que o ser animal passou a revelar a capacidade consciente de estabelecer uma relação dialética com o mundo natural mediante um saber-fazer materializado na produção de recursos que vão além dos meramente oferecidos pela natureza; a partir do momento em que a utilização desses recursos deixou de servir apenas para satisfazer necessidades imediatas, mas para aumentar dialeticamente o nível das necessidades vitais, transcendendo o horizonte meramente biológico; a partir desse momento, o mundo, esse mundo material, mas histórico, tornou-se o "mundo dos homens". Não um mundo no qual o homem foi jogado (como na parábola de Adão e Eva), nem um mundo no qual o homem esteja ontologicamente encarcerado (como no mito platônico da Caverna) e do qual, portanto, é preciso se libertar, mas o mundo que o homem se fez e se refaz continuamente obedecendo às leis que comandam o caminho evolutivo da própria história. Longe de ter que alienar-se desse mundo para poder elevar-se à cultura, o homem precisa inserir-se nele, tornar-se cada vez mais sujeito de sua própria construção.

"a cultura é o processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem neste mundo humano". (FAVERO, 1983).

É esse processo de construção humanizante do mundo que devemos identificar como sendo um processo de produção cultural. A cultura revela-se, portanto, em todos os artefatos, bens e expressões que recebem significados e se tornam significantes a respeito da maneira como o homem constrói o mundo para satisfazer e ampliar necessidades vitais. Nesse sentido, a cultura torna o homem cada vez mais homem, isto é, um ser dominador do mundo e não dominado por ele, pura e simplesmente.

A cultura é, portanto, ontologicamente, sinônimo da luta contra a dominação.

Nesse "continuum" da evolução cultural, existem, obviamente, momentos mais significativos do que outros, assim como existem objetos e testemunhas culturais de maior e mais imediata referência às características culturais deste ou daquele momento histórico, deste ou daquele povo. É o que faz o caráter, ao mesmo tempo, universal e particular ou local da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. FAVERO, Osmar. **Cultura Popular, Educação Popular; Memória dos anos 60.** São Paulo, Graal, 1983.
02. MARX, Karl & ENGELS, Frederico. **La Sagrada Família, México, Grijalbo, 1958.**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense Um Novo Movimento Social

Teresa Kleba Lisboa*

1. Introdução; 2. Movimentos Sociais – Evolução dos Paradigmas; 3. A Questão Agrária no Brasil e em Santa Catarina; 4. Histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina e do Oeste Catarinense; 5. O Movimento dos Sem Terra do Oeste Catarinense – Organizações e Formas de Luta; 6. Características do Movimento dos Sem Terra do Oeste Catarinense; 7. Os Mediadores em relação aos Movimentos; 8. Assentamentos – A 2ª etapa do processo; 9. Conclusão; 10. Notas Bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina tem sido apontado como modelo de implantação da Reforma Agrária no Brasil. Foi o que afirmou o ex-ministro Dante de Oliveira em outubro de 1986, quando visitou o oeste catarinense: "Santa Catarina é um dos Estados mais adiantados do Plano Nacional de Reforma Agrária".

Uma grande questão porém paira no ar: Como isto aconteceu? Foi por acaso que a Nova República se preocupou com a Reforma Agrária e atuou com tamanha eficiência?

A Reforma Agrária foi uma das grandes promessas da Nova República que veio ao encontro dos trabalhadores. Milhares de agricultores se viram na proeminência de terem seus conflitos de terra resolvidos e finalmente poderem trabalhar para sua auto-sustentação.

Porém o debate em torno do PNRA logo comprovou o jogo de forças conservadoras contido na Nova República, frustrando esta esperança.

A proposta inicial da Nova República de fazer democracia com a participação do povo foi logo substituída por fazê-la "para" e "no lugar" do povo.

O presente trabalho se propõe analisar estas questões e procura mostrar que em Santa Catarina o fator decisivo para acelerar o processo de Reforma Agrária foi, a organização, união e pressão dos agricultores pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Este movimento tem se destacado como um "Novo Movimento Social" entre outros, que vem se empenhando na luta por uma sociedade mais democrática, mais justa, onde as diferenças sociais não sejam tão gritantes, onde os direitos e a dignidade da pessoa humana sejam respeitados, sobretudo o direito à terra e o direito à vida.

Pois, apesar de Santa Catarina ser conhecida como um Estado minifundista, não podemos esquecer que a concentração de terras nas mãos de poucos é grande. Segundo a Secretaria do Movimento dos Sem Terra, em 1986 existiam 140 mil famílias sem terra em nosso Estado.

Além da pesquisa bibliográfica o trabalho consistiu nas seguintes etapas:

* Mestre em Ciências Sociais/UFSC

- O presente trabalho é uma síntese da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Acompanhamento dos fatos pelos jornais Nacionais e Estaduais, procedendo ao recorte e arquivo de todos os artigos que diziam respeito ao assunto: de maio de 1985 até junho de 1987;

2. Pesquisa de Campo: Visitas aos acampamentos de São Miguel do Oeste, Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes. Realização de entrevistas junto ao acampamento de Faxinal dos Guedes escolhido por ser o maior dos três, onde permaneci por duas semanas, em novembro de 1985;

– Realização de entrevista gravada com o coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Chapecó e dois membros da executiva do Movimento dos Sem Terra de Santa Catarina;

– Consulta ao material fornecido pela Secretaria do Movimento dos Sem Terra;

– Entrevista com o responsável pelo setor de Colonização e Assentamento do INCRA, de Florianópolis – 85/86;

– Entrevista com executores do INCRA de Chapecó – 85/86;

– Consulta ao material fornecido pelo responsável do arquivo técnico do INCRA de Florianópolis;

3. Participação em quase todos os eventos realizados pelo Movimento Sem Terra ou em prol do Movimento;

– Discussões, palestras sobre o tema com a presença de acampados na UFSC e outros locais;

– Seminários, encontros, formação do comitê de apoio na Assembléia Legislativa e outros locais;

– Romaria da Terra no Estado: a 1ª em TAQUARUÇU set/86, e a 2ª em PAPANDUVA set/87;

– Celebração e festa de comemoração aos dois anos de ocupação das terras – em 25.05.87 – no assentamento Sandra em Abelardo Luz;

– Atos públicos de solidariedade, pressão pela Reforma Agrária, Dia do Colono e Acampamento em frente à Catedral;

4. Visitas aos acampamentos das Fazendas Papuan, Sandra e Parolim – dezembro/86 e maio/87 – realizando entrevistas com o objetivo de confrontar as expectativas que os assentados haviam colocado para mim nos acampamentos em relação às terras que receberam, organização comunitária, forma de trabalho e infra-estrutura.

Em todos os momentos da pesquisa fui muito bem acolhida; a permanência no acampamento me proporcionou uma rica experiência de integração com os agricultores Sem Terra com os quais aprendi muito. Foi grande a receptividade.

Esta também foi uma constante em todos os demais órgãos ou instituições que visitei solicitando dados.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS – EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS

A partir da década de 70, observa-se no Brasil, a irrupção de novos sujeitos sociais no cenário político, que vem colocando em gestação uma nova compreensão da política, da sociedade e da vida.

Segundo DE LA CRUZ (1987), três grandes rupturas ocorreram na sociedade que contribuíram para o surgimento dos Movimentos Sociais:

1. Ruptura Cultural: O desenvolvimento do Capitalismo, a crescente industrialização e urbanização provocou crise na família, dos casais, das relações entre pais e filhos, da dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher, e perda de fé nas crenças tradicionais o que ocasionou:

– individualização da sociedade

– desestabilização das relações humanas

2. Ruptura do Modelo Estatal: A crise econômica e a complexidade da sociedade assinalaram os limites para o funcionamento do Estado interventor e desenvolvimentista.

Causas:— insuficiência administrativa

— incapacidade de prestar serviços

— deterioração da legitimidade

3. Ruptura do Modelo Desenvolvimentista: A crise econômica, o desemprego em massa, recessão, efeitos ambientais da industrialização vieram desmascarar o sonho desenvolvimentista.¹

O primeiro movimento expressivo contestador dessas rupturas foi o Movimento dos "hippies" que começou nos Estados Unidos mas logo se erradicou também no Brasil.

Outros movimentos que surgem mais tarde colocando em gestação uma nova compreensão da política, da sociedade e da vida são: Movimentos feministas, raciais, de moradores das periferias urbanas, dos sem terras, juvenis, ecológicos, pacifistas, as Comunidades Eclesiais de Base e outros.

Estes Movimentos Sociais surgem como novos autores do cenário político e são apresentados como fontes de possíveis transformações na sociedade e de questionamentos à estrutura de dominação vigente.²

Almejam a construção do novo, um novo que se define pela crítica às práticas organizativas, centralizadoras e burocratizadas já experimentadas. Não possuem um projeto claro de futuro. O vir a ser deve ser construído a partir do próprio presente, com experiência própria.³

Atualmente, a experiência cotidiana do autoritarismo vivido em nosso sub-continente fez com que o Movimento Popular descobrisse que a Democracia é algo essencial, e não de valor relativo⁴, e que a luta contra o autoritarismo torna-se uma luta pela ordem social alternativa e democrática.

LEFFORT (1983), coloca que é da essência do totalitarismo recusar os direitos do homem, ao mesmo tempo que esses direitos são um dos princípios geradores da democracia.⁵

Para DURHAM (1984), na análise da categoria dos direitos, está implícito o problema da cidadania, quando diz que a transformação de necessidades e carências em direitos que se opera dentro dos Movimentos Sociais, pode ser vista com um amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania.⁶ Passa-se a legitimar o Estado na medida em que este for capaz de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo.

Os Movimentos Sociais não esperam mais uma solução global dos conflitos pela conquista ou a destruição do poder estabelecido. Entendem que o poder não está concentrado apenas num determinado ponto (O ESTADO), mas presente em todo o tecido social, em todas as relações que as pessoas estabelecem entre si.

Para transformar profunda e radicalmente a sociedade é necessário construir um poder novo, antes de tomá-lo. Construí-lo a partir das bases da sociedade, no cotidiano da população.

O "novo" dos Novos Movimentos Sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social, nos quais o poder em seu sentido estatal, tradicional não é fundamental.

Nestes espaços os movimentos formam sua identidade e lutam por autonomia, entrando em conflito com as estruturas autoritárias que colocam resistência às diversidades.⁷

Outro aspecto fundamental nos Novos Movimentos Sociais ressaltado por DURHAM, (1984), é a ênfase na igualdade, na constituição da coletividade.⁸ Isto ocorre através da vivência em comunidade, onde indivíduos com o mesmo tipo de carência, passam a ter uma relação comunitária de igualdade.

HETEROGENEIDADE / DESIGUALDADE

RELAÇÃO COMUNITÁRIA

MESMA CARÊNCIA

IGUALDADE

Por exemplo, as famílias sem terra provenientes de diversas localidades fazem parte de um mesmo acampamento onde se estabelece uma relação comunitária. Estão ali por causa de uma mesma carência, a terra, e através desta relação ocorre uma igualdade na identidade.

A vivência em comunidade implica numa novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público: o indivíduo que só era conhecido na esfera privada (família, parentes, amigos, vizinhos) passa a ser conhecido também na esfera pública, através do mútuo reconhecimento, pois, nos Movimentos Sociais de cunho comunitário se valoriza a participação de todos e de cada um, todos podem falar, opinar, decidir.⁹

Até a década de 60 os Movimentos Sociais eram concebidos como práticas subordinadas aos partidos e supunha-se que os únicos sujeitos sociais eram os sujeitos de classe.

Os Movimentos Sociais só tinham duas alternativas:

1. A eles caberia o papel de movimento de massa pouco estruturados, devendo integrar-se às organizações dos trabalhadores como o movimento social do proletariado;
2. Ou teriam a função de "fronts políticos" subordinados aos partidos, único organismo autorizado a fazer política.¹⁰

Este reducionismo¹¹ passou a ser um obstáculo dentro do paradigma marxista, dificultando a compreensão do conceito de democracia relacionado ao socialismo, e a compreensão do significado dos Movimentos Sociais Contemporâneos. (NUM, 1983).

O reducionismo classista reduz todas as contradições a uma contradição de classe.¹² E um classismo reducionista não consegue incorporar categorias como nação, povo, democracia ou Movimentos Sociais.

É necessário entendermos a realidade como uma totalidade composta de diferentes níveis e momentos com especificidades próprias que se interrelacionam.

Assim, as relações sociais não podem decorrer unilateralmente das relações de produção, pois os Movimentos feministas, raciais, ecológicos, pacifistas, CEB's e outros possuem bases sociais que nem sempre ou não só estão ligados à produção.

As referências de análise passam a ser múltiplas: políticas, organizacionais, culturais e outras.

Estes Novos Movimentos Sociais passam a redefinir suas relações com o marxismo pois:

- afirmam que a democracia é um valor fundamental;
- pretendem uma nova prática política fundada numa nova concepção de poder - criando pequenos espaços de prática social;
- reconhecem sua identidade como Movimento num espaço político;
- e a presença da religião é profunda com o papel da Igreja Popular através da CEB's.

Assim, o marxismo passa a ser considerado como um inspirador de valores igualitários, porém não mais como paradigma predominante que governa a ação.¹³

E a dialética e o materialismo histórico continuam trazendo contribuições para os Movimentos Sociais contemporâneos, mas perdem sua exclusividade.¹⁴

Neste contexto pois, de crise da sociedade industrial moderna, de crise do pensamento político e de irrupção de novos autores sociais, percebemos que surge um novo paradigma de análise

social que nos permite compreender o significado e os rumos do atual momento, particularmente dos movimentos sociais contemporâneos.

Alguns autores tem contribuído significativamente para este novo paradigma. Vejamos:

CAPRA¹⁵ coloca que nossa sociedade se encontra numa crise de percepção que deriva de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo mecanista da ciência cartesiana, newtoniana — a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos.

A solução que o autor apresenta é a construção de um novo paradigma, uma nova visão de realidade, uma mudança fundamental em nossa análise do universo.

O novo paradigma sugerido pelo autor é holístico, abrangente, onde são valorizados aspectos como interdisciplinaridade, sistematização, prudência, humildade, onde a ciência começa a ser exercida com base em novos valores. Toda a relação do homem com a biosfera começa a mudar. Uma verdadeira revolução cultural e social passa a operar no cotidiano das pessoas.

CAPRA¹⁶ diz que é necessário nos prepararmos para esta grande transição:

“Necessitamos de um profundo reexame das principais premissas e valores de nossa cultura, de uma rejeição daqueles modelos conceituais que duraram mais do que sua utilidade, e de um novo reconhecimento de alguns valores descartados em períodos anteriores de nossa história cultural”.

Esta mudança na mentalidade da cultura, segundo o autor, também requer profundas alterações nas relações sociais e formas de organização social.

LACLAU¹⁷ por sua vez, coloca que os conflitos sociais estão assumindo dimensões e formas radicalmente novas, o que vem ocasionando uma crise do paradigma tradicional das Ciências Sociais.

Para esclarecer o novo paradigma, o autor se reporta a três características que tipificaram as conceituações tradicionais de conflitos sociais.

1. A determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social. As lutas eram classificadas com a unidade empírico-referencial do grupo. Ex: Lutas “camponesas”, “burguesas”, etc.

2. O tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônico-revolucionário. Não dependia da conscientização dos agentes, e sim de um movimento subjacente da História. Ex: Transição da sociedade tradicional para a sociedade de massas.

3. A pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma “representação de interesses”.

Para LACLAU o que caracteriza os Novos Movimentos Sociais é que através deles, rompeu-se a unidade destes três aspectos do paradigma.

Para o novo paradigma, as posições do agente social tornaram-se autônomas (base da especificidade dos Novos Movimentos Sociais); o ponto de vista da análise política, em se atribuir cada aspecto da realidade social e econômica aos estágios sucessivos da sociedade foi substituído; e a identidade dos agentes sociais não é mais concebida como constituída num-único nível da sociedade.

O espaço político unificado (fechado e homogêneo), dá lugar a uma proliferação de espaços políticos.

Os Novos Movimentos Sociais passam a ser caracterizados por uma crescente politização da vida social.

LACLAU¹⁸ salienta ainda que o fato marcante dos Novos Movimentos Sociais que emergiram na América Latina é que:

“as mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização em termos de equivalência de um único conflito que divida a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas conduzindo a uma proliferação de espaços políticos”.

Para Calderon GUTIERREZ 19 os movimentos sociais vivem um momento de inflexão entre as orientações e características tradicionais da sociedade e o surgimento de novas práticas e orientações.

Aponta a necessidade de construir um corpo técnico novo e se esforça para reconhecer e integrar as contribuições dos Novos Movimentos Sociais a uma reconstituição da teoria geral do estado, como sistema político e cultural dotado de racionalidade. Diz que as diretrizes anteriores, nacionalistas, industrialistas, e modernizantes não atraem mais a base social de legitimação que sustentou no passado os regimes populistas, liberais ou desenvolvimentistas. É preciso descobrir novas diretrizes.

A sugestão do autor, é que os movimentos sociais passem primeiro por um momento formativo, de experiências particularistas constituindo novas identidades coletivas centradas na auto-gestão, solidariedade, etc., para poderem retornar ao espaço político “reconstituindo o sistema de oposições e viabilizando a reconstrução de sujeitos históricos”. 20

Além desses, outros autores também possuem contribuições quanto à mudança dos paradigmas, porém optei em destacar somente três.

2.1. Os Novos Movimentos Sociais e Suas Características

Os Novos Movimentos Sociais não se diferenciam dos velhos ou tradicionais por sua temporalidade, mas sim por suas características.

Atualmente ainda encontramos Movimentos reivindicatórios imediatistas — Ex: Um grupo que se reúne para reivindicar água, luz, etc., e depois se desfaz.

De um modo geral os velhos ou antigos Movimentos:

- privilegiam objetivos materiais;
- relações instrumentais;
- orientações para com o Estado;
- organização vertical 21

Exemplo, os sindicatos “pelegos” ou partidos tradicionalistas dialogam com o Estado por intermédio de seus organismos legalmente conhecidos. Os Conselhos Comunitários são movimentos que possuem uma organização formal — exigem mecanismos de representação, eleição de diretoria, e esta encaminha as reivindicações para o órgão responsável, no caso a FUCADESC que coordena a política dos Conselhos Comunitários de Santa Catarina. 22

Os Novos Movimentos Sociais por sua vez enfatizam a organização comunitária, evitando a institucionalização de representantes e exigindo uma participação permanente de todos, tanto no processo de tomada de decisões como na própria execução.

A sociedade civil passa a ser um novo local de se fazer política e proporciona espaço para criar e experimentar diferentes formas de relações sociais.

Neste espaço se enfatiza a igualdade, o mútuo reconhecimento — criando-se espaço e oportunidade de participação para todos; ocorre uma vivência comunitária e sobretudo uma revisão e redefinição do espaço de cidadania, que passa a ser conquistada através de uma luta consciente.

Enfim, os Novos Movimentos Sociais procuram orientar-se por:

- critérios de afetividade;
- relações de expressividade;
- orientações comunitárias;
- organização horizontal. 23

Abre-se espaço para a criação de um novo sujeito histórico, pois, a relação entre o individual e o coletivo é retrabalhada, comprometida socialmente; e este coletivo pela força da união passa a ser um dos agentes de transformação social. 24

No Brasil, a Igreja Popular 25 acumulou experiência neste sentido e sempre cedeu seu teto para grupos organizados. Através das CEB's 26 exerce uma função e missão política na medida em que ajuda a fundamentar uma sociedade mais igualitária e democrática. (BOFF, 1986).

Particularmente no meio rural a Igreja através de sua metodologia, que visa democracia e igualdade, rompeu a chamada "cultura do silêncio" 27 que durante muito tempo foi marcante — pois tudo era ditado de cima para baixo pelas classes dominantes (coronéis fazendeiros).

O homem do campo que sempre foi tido como submisso, resignado, humilde e ignorante passa a ter vez e voz. Participando dos Movimentos Sociais ele descobre espaços nos quais é reconhecido e valorizado; percebe que deve lutar para ser dono do seu destino pessoal.

Atualmente vários Movimentos Sociais tem mostrado uma vinculação muito forte com a Igreja, seja porque ela sempre os acolheu ou pela ênfase na democracia e igualdade de direitos que está empregando.

Para SCHERER—WARREN, os Movimentos Sociais estão contribuindo e desenvolvendo uma nova cultura política, de base, onde a contribuição do ideário anarquista como democracia de base, livre organização, auto-gestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, de liberdade coletiva, tem sido valiosa. 28

Nos Novos Movimentos Sociais, as relações de poder são trabalhadas e questionadas. Não anseiam pela conquista ou destruição de poder estabelecido, mas "por uma pluralidade de exigências concretas que vão conduzir a uma proliferação de espaços políticos" 29

Se tem claro que a estratégia é começar pelas pequenas transformações, microrrevoluções do cotidiano; as relações inter-pessoais, os valores machistas da nossa sociedade, direitos humanos, igualdade social, etc., para aos poucos atingir uma transformação mais global.

A conquista da cidadania vai estabelecer uma nova relação com o Estado, que passa a ser legitimado na medida em que este é capaz de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo.

Por isso, o discurso dos Movimentos Sociais de pura contestação do Estado, não cabe mais na atual realidade.

"Com seu exemplo de democracia e transformação da cultura política, os Novos Movimentos Sociais estão levantando ao Estado os desafios, os estímulos e a iniciativa que corresponde exatamente a sua (deles) esfera de competência particular". 30

Os Movimentos Sociais devem assegurar aos poucos, condições para interferir efetivamente na realidade dos partidos e das estruturas estatais, mantendo sua autonomia e independência.

Isto pode ocorrer:

- Engajando-se nos partidos políticos e exigindo propostas coerentes para suas realidades e necessidades;
- Abrindo espaço junto às instituições estatais, obtendo audiências nas quais podem ser ouvidos e respeitados;
- Fazendo-se representar nestas instituições cobrando os "deveres" que o Estado tem para com o cidadão, etc.

Através da nova consciência produzida no interior dos Movimentos Sociais e de uma nova cultura política, as estruturas institucionais germinarão um processo de mudança que incorporará valores e implicará em uma nova relação com o Estado e sociedade. 31

2.2. Movimentos Sociais no Campo

A história das lutas pela terra nos mostra que no interior do conjunto dos trabalhadores rurais, existem diferenciações de classe resultantes da expropriação imposta pela expansão do Capitalismo.

As principais categorias que compõem o campesinato brasileiro são: sítiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agregados, posseiros, sem terra, peões, bóias-frias, índios, todos eles trabalhadores rurais que combinam diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais. 32

Estes trabalhadores na sua grande maioria foram expropriados de suas terras formando uma massa de lavradores que se transformam em proletários rurais ou trabalhadores sem terra.

E como trabalhadores livres, "não sendo mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho, nem dos objetos, matérias primas, não tem outra alternativa senão a de vender sua força de trabalho ao Capitalismo do patrão. 33

Perdem sua autonomia e liberdade.

Atualmente já se apresentam alternativas. Os próprios sem terra escolhem lutar para conseguir sua própria terra ao invés de se proletarianizar.

Durante muito tempo porém, no Brasil, os trabalhadores do campo permaneceram resignados a esta exploração. Até a década de 70 se conheciam poucos movimentos no campo:

— Movimentos messiânicos como Guerra de Canudos na Bahia (1896) e Guerra do Contestado entre Paraná e Santa Catarina (1912-16).

— As Ligas Camponesas do Nordeste (déc. de 60) que foram dizimadas com o golpe de 64.

— E o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul) fundado pelo então governador Leonel Brizola.

A partir da década de 70 os agricultores passam a se conscientizar das contradições, de ter suas condições de trabalho e vida subordinados e dependentes da agroindústria, do modelo tecnológico que ela impõe, e com isso tentam criar novas bases para sua reprodução, formando grupos e se organizando em Movimentos. 34

Algumas possíveis causas da mobilização dos agricultores na região sul, especificamente em Santa Catarina, podem ser encontradas nos seguintes fatos:

1. O avanço do Capitalismo, ou seja, a industrialização no campo incrementou a monocultura da soja, cana-de-açúcar, fumo e outros, expropriando pequenos proprietários e levando inclusive a uma concentração de terras. 35

2. Em 1978/79 ocorreu a chamada "peste suína" que os colonos acreditaram ser "forjada" pelas multinacionais que na época quiseram impor suas "matrizes" ao país. Muitos colonos se desfizeram de toda a criação ficando praticamente sem o produto de sua subsistência. 36

3. O aumento das Empresas Rurais ou agro-indústrias — aves, suínos, fumo, maçã, etc. — obrigaram o agricultor a trabalhar num sistema integrado. 37

4. O papel da "Igreja Popular" que passou a atuar no campo através da Comissão Pastoral da Terra — CPT e das CEB's, conscientizando os agricultores sobre a importância da participação e democratização, avançando cada vez mais na defesa dos direitos humanos. 38

5. O projeto de construção das Barragens ao longo da bacia do Uruguai que deixará milhares de famílias desalojadas, sem terra. 39

6. A influência do "Novo Sindicalismo" dos metalúrgicos do ABC, e outros fatores fizeram com que os agricultores se organizassem e lançassem uma oposição sindical no campo. 40

Além destes fatores, os movimentos no campo assimilam os novos modelos culturais, a nova cultura política através de um processo de desterritorialização⁴¹ ou seja através dos meios de comunicação de massa e da locomoção de seus integrantes.

MARTINS (1984), D'INCAO (1984), GRZYBOWSKI (1985) e SCHERER-WARREN (1986) apontam os movimentos sociais no campo que mais tem se destacado atualmente:

1. Movimento dos Assalariados: São milhões de pessoas para as quais não prevalecem nem predominam relações contratuais, reguladas por um direito escrito e possíveis de serem apreciados objetivamente por tribunais legais.

A partir da abertura, os assalariados rurais iniciaram uma luta sistemática pela concretização de direitos trabalhistas, que acabou se transformando numa luta pelo respeito à lei, pela legalidade. 42 (MARTINS, 1984).

2. Movimentos dos Trabalhadores Assalariados Temporários ou bóias-frias: Trabalhadores contratados para executar tarefas específicas, temporariamente. Lutam pela fixação de cláusulas relativas a salário, direitos trabalhistas, condições de transporte e formas de avaliação da produção e de pagamento. 43 (D'INCAO, 1984).

3. Movimento de Posseiros: Posseiros são ocupantes de terras sem título legal. Lutam contra um tipo de legalidade que garante a prepotência e a impunidade de grileiros e fazendeiros, aos quais dá condições de regularizarem, com mais facilidade do que os trabalhadores, a situação das terras que disputam.

A luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção que é a terra. Envolve relações de propriedade e não as relações de trabalho como os assalariados. O problema não é o da exploração, mas da expropriação. 44

4. Movimento dos Sem Terra: São os lavradores sem terra própria para trabalhar como meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para as famílias extensas.

Questionam a legalidade da propriedade e consideram injusto alguém possuir mais terra do que pode trabalhar. 45 Sua pauta de luta é "Terra para quem nela trabalha".

5. Movimento de Mulheres Agricultoras ou Mulheres Trabalhadoras Rurais: Suas reivindicações estão concentradas no reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicalização, à terra, à previdência social, e o direito das mulheres serem classificadas como "agricultoras" e não "do lar". 46

6. Movimento contra as Barragens: É uma luta contra a expropriação das terras para construção de projetos de irrigação ou geração de energia elétrica.

"O Movimento recusa a redução praticada na ação desapropriatória que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas do lago como possível unicamente de uma avaliação e uma indenização monetária". 47

O Movimento contra as Barragens no sul do Brasil evoluiu em torno de três propostas políticas como pauta de luta:

- Indenização justa
- Terra por terra na região
- Não às barragens 48

7. Lutas Indígenas: Trata-se de uma maioria, uma fração do heterogêneo campesinato brasileiro, para o qual a preservação de suas terras é fundamental, é condição para a sua reprodução

material de valores étnico-culturais. Estancar o extermínio dos povos indígenas é garantir as suas terras. 49

8. Sindicatos Rurais "autênticos" ou "combativos": Surgem inspirados nas lutas dos metalúrgicos no ABC paulista e se norteiam com as seguintes orientações:

- Participação democrática das bases, inclusive especial ênfase à participação da mulher;
- Contestação ao atrelamento do Sindicato com o Estado e com os partidos evitando o "peleguismo";
- Incentivo ao engajamento dos Sindicatos com os movimentos sociais no campo, respeitando sua autonomia.

Estes movimentos representam a emergência de uma nova cultura política. Através deles, os trabalhadores rurais se constituem em sujeitos com identidades próprias afirmando e acentuando a sua diversidade. 50

Como já mencionamos, estes movimentos incorporam os valores dos Novos Movimentos Sociais, possuem características similares e lutam todos por uma maior democratização da sociedade.

3. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA.

O Novo Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em outubro de 1985, surgiu no bojo da Nova República, trazendo inúmeras esperanças aos milhões de trabalhadores rurais brasileiros. Esperança de maior participação, de distribuição de terras ociosas e condições para o seu uso e exploração, bem como esperança de uma maior distribuição de riquezas no país.

Porém, já no debate nacional em torno da proposta do Plano, pôde-se constatar que o forte conteúdo político da Reforma Agrária levou à radicalização e polarização dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Isto porque a questão agrária envolve grandes interesses, há muitos séculos consolidados em nosso país.

A questão agrária envolve uma série de aspectos que não parecem nada simples.

Inicialmente faz-se necessário distinguir questão agrária de questão agrícola.

"A questão agrícola refere-se aos aspectos da produção "stricto-sensu": o que e quanto produzir, os seus custos e preços.

A questão agrária diz respeito às relações de produção: como se produz, de que forma se produz e quem produz.

Esta separação porém, é apenas analítica: a questão agrária e agrícola estão profundamente relacionadas, sendo a primeira em geral a causa da segunda". 51

O Brasil já passou por sucessivas crises agrícolas e agrárias.

A modernização da agricultura acelerada com a industrialização no campo nos anos 60/70 de um lado trouxe algumas soluções para a crise agrícola, porém de outro agravou a crise agrária, ou seja, transformou a crise agrícola brasileira na raiz da crise urbana das grandes metrópoles.

As cidades incharam e o campo esvaziou-se. Parte da força de trabalho agrícola passou a ser recrutada nas periferias urbanas, gerando a figura conhecida dos bóias-frias.

Em duas décadas, o país que tinha 70% de sua população na zona rural, urbanizou-se a tal ponto de inverter a proporção: hoje temos apenas 30% nos campos. 52

A política agrária do país está longe de promover a fixação do homem no campo e criar condições dignas de sobrevivência. Os processos de concentração de terra e de renda são as princi-

país responsáveis pela entrada violenta de milhares de famílias no sistema de assalariamento.

Alguns dados evidenciam a realidade agrária do país:

1. As propriedades com mais de 100 ha que representam 10,4% dos estabelecimentos rurais do Brasil (equivalendo a 537.619 propriedades) possuíam em 1980, 80,2% da área rural. ⁵³

2. Nas três últimas décadas, a população urbana ultrapassa a rural: de 36% em 1950, passou a representar 45% sobre o total do país em 1960, 56% em 1970 e 68% em 1980. ⁵⁴

3. Entre 1970 e 1980 foram introduzidos no campo 364.821 tratores o que resultou em 3.650.000 camponeses desempregados que tiveram que emigrar para as cidades. ⁵⁵

4. Nos últimos 40 anos, 34 milhões de pessoas migraram da zona rural para a zona urbana. ⁵⁶

5. Entre 1977 e 1983, a produção de cana-de-açúcar por habitantes aumentou 56,7% estimada pelo Pró-álcool. A de produtos exportáveis subiu 6,9% graças aos incentivos oficiais. Já a produção de alimentos voltada para o mercado interno vitimada pela falta de crédito, estreitamento de mercado, etc., café mais de 25% por pessoa. ⁵⁷

6. 22 milhões de brasileiros recebem até um salário mínimo. ⁵⁸

7. Entre 1979 a 1983, 358 mil famílias rurais enfrentaram conflito pela posse da terra. ⁵⁹

8. Em 480 anos, os indígenas foram reduzidos de 5 milhões para 185 mil e apenas 14% de seus territórios estão oficialmente demarcados. ⁶⁰

A tabela a seguir mostra como as terras são utilizadas no Brasil:

TABELA I
PADRÃO DE UTILIZAÇÃO DA TERRA – BRASIL – 1980

| Área de Estabelecimentos (hectares) | % da Área Total com lavouras | % da Área Total com pastagens | % não aproveitada para fins agropecuários |
|-------------------------------------|------------------------------|-------------------------------|---|
| Menos de 10 | 64,6 | 25,0 | 10,4 |
| 10 a menos de 20 | 45,3 | 22,5 | 32,2 |
| 20 a menos de 50 | 31,2 | 20,0 | 48,8 |
| 50 a menos de 100 | 21,2 | 19,1 | 59,7 |
| 100 a menos de 200 | 16,1 | 17,4 | 66,5 |
| 200 a menos de 500 | 13,5 | 19,0 | 67,5 |
| 500 a menos de 1000 | 10,7 | 17,8 | 71,5 |
| 1000 a menos de 2000 | 7,9 | 18,2 | 74,5 |
| 2000 a menos de 5000 | 7,9 | 17,7 | 74,4 |
| 5000 a menos de 10000 | 4,1 | 16,1 | 79,8 |
| 10.000 a menos de 100.000 | 2,1 | 13,6 | 84,3 |
| 1000 ou mais | 4,5 | 23,0 | 72,5 |
| TOTAL | 13,3 | 27,7 | 59,0 |

FONTE: Marcos C.C. de Albuquerque "Agricultura Brasileira no Período 1960-80", FAESP/ FGV. Dados Primários obtidos da "Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário" FIBGE, 1982.

país responsáveis pela entrada violenta de milhares de famílias no sistema de assalariamento.

Alguns dados evidenciam a realidade agrária do país:

1. As propriedades com mais de 100 ha que representam 10,4% dos estabelecimentos rurais do Brasil (equivalendo a 537.619 propriedades) possuíam em 1980, 80,2% da área rural. ⁵³

2. Nas três últimas décadas, a população urbana ultrapassa a rural: de 36% em 1950, passou a representar 45% sobre o total do país em 1960, 56% em 1970 e 68% em 1980. ⁵⁴

3. Entre 1970 e 1980 foram introduzidos no campo 364.821 tratores o que resultou em 3.650.000 camponeses desempregados que tiveram que emigrar para as cidades. ⁵⁵

4. Nos últimos 40 anos, 34 milhões de pessoas migraram da zona rural para a zona urbana. ⁵⁶

5. Entre 1977 e 1983, a produção de cana-de-açúcar por habitantes aumentou 56,7% estimada pelo Pró-álcool. A de produtos exportáveis subiu 6,9% graças aos incentivos oficiais. Já a produção de alimentos voltada para o mercado interno vitimada pela falta de crédito, estreitamento de mercado, etc., café mais de 25% por pessoa. ⁵⁷

6. 22 milhões de brasileiros recebem até um salário mínimo. ⁵⁸

7. Entre 1979 a 1983, 358 mil famílias rurais enfrentaram conflito pela posse da terra. ⁵⁹

8. Em 480 anos, os indígenas foram reduzidos de 5 milhões para 185 mil e apenas 14% de seus territórios estão oficialmente demarcados. ⁶⁰

A tabela a seguir mostra como as terras são utilizadas no Brasil:

TABELA I
PADRÃO DE UTILIZAÇÃO DA TERRA – BRASIL – 1980

| Área de Estabelecimentos (hectares) | % da Área Total com lavouras | % da Área Total com pastagens | % não aproveitada para fins agropecuários |
|-------------------------------------|------------------------------|-------------------------------|---|
| Menos de 10 | 64,6 | 25,0 | 10,4 |
| 10 a menos de 20 | 45,3 | 22,5 | 32,2 |
| 20 a menos de 50 | 31,2 | 20,0 | 48,8 |
| 50 a menos de 100 | 21,2 | 19,1 | 59,7 |
| 100 a menos de 100 | 29,3 | 20,0 | 50,7 |
| 100 a menos de 200 | 16,1 | 37,4 | 46,5 |
| 200 a menos de 500 | 13,5 | 39,0 | 47,5 |
| 500 a menos de 1000 | 10,7 | 37,8 | 51,5 |
| 1000 a menos de 1000 | 13,3 | 38,2 | 48,5 |
| 1000 a menos de 5000 | 7,9 | 37,7 | 54,4 |
| 5000 a menos de 10000 | 4,1 | 26,1 | 69,8 |
| 10.000 a menos de 100.000 | 2,1 | 13,6 | 84,3 |
| 1000 ou mais | 4,5 | 23,0 | 72,5 |
| TOTAL | 13,3 | 27,7 | 59,0 |

FONTE: Marcos C.C. de Albuquerque "Agricultura Brasileira no Período 1960-80", FAESP/ FGV. Dados Primários obtidos da "Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário" FIBGE, 1982.

A Tabela I mostra o padrão de utilização da terra por extratos de tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Do total de terras de estabelecimentos agropecuários brasileiros 13,3% acham-se sob cultivo de lavouras, 27,7% são pastagens e 59% acham-se sem utilização. Portanto 218 milhões de hectares não estão sendo utilizados para fins produtivos.

Esses dados nos mostram a urgência de uma Reforma Agrária no Brasil, para que mais segmentos da população rural tenham acesso à terra e dela possam tirar seu sustento.

A questão agrária em Santa Catarina não é muito diferente.

É comum ouvir que Santa Catarina é um dos Estados minifundistas. Porém, em recente estudo pelo assessor regional do INCRA de Santa Catarina POZZOBON, os dados mostram que a partir de 1970, a concentração de terras tende a aumentar, resultando de uma política que privilegia grandes investimentos e o grande capital em detrimento da democratização da propriedade.

“O cadastro do INCRA para Santa Catarina apresenta 90.339 imóveis abaixo de 10 hectares o que é insuficiente para uma família se desenvolver econômica e socialmente (...)

Ainda segundo o cadastro, os imóveis de até 50 ha, aumentaram de 88,5% para 89% de 1970 para 1980, e diminuíram sua participação em relação à área de 42% para 39%. Os imóveis acima de 100 ha, no mesmo período permaneceram inalterados mas aumentaram sua participação em relação à área de 44 para 48%.

Aqui se verifica que a propriedade tendeu a fragmentar nos menores extratos e a concentrar nos maiores”.

61

Os dados cadastrais também mostram a fragmentação dos pequenos extratos e a incorporação de áreas por extratos maiores.

A grande maioria das pequenas propriedades em Santa Catarina estão de um modo ou de outro subordinados ou atrelados a grandes empreendimentos. É o caso dos sistemas integrados (maçã, aves, suínos, fumo) onde os pequenos proprietários, apesar de serem donos de seu espaço de chão, são semi-empregados dos frigoríficos, indústrias e grandes corporações”. 62

As Empresas Rurais são outro problema. Ao invés de cumprirem sua função social — conceder empregos aos assalariados — a cada dia estreitam suas áreas com lavouras privilegiando os investimentos com reflorestamento e monocultura.

Existem casos de um mesmo proprietário que detém vários imóveis e os mantém como estoque para especulação.

As Tabelas I e II, a seguir, nos dão uma visão da Estrutura Fundiária de Santa Catarina.

TABELA II
ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 (ano base: 1985)

Nº de imóveis cadastrados do Estado: 276.247

Área total cadastrada do Estado: 8.902.305,3=92,74% da área total do Estado.

| Classe de área | Nº de Imóveis | % | Total da área | % |
|------------------------|----------------|------------|--------------------|------------|
| — de 10 ha | 92.629 | 33,54 | 438.528,6 | 4,92 |
| entre 10 e —25 ha | 105.515 | 38,21 | 1.738.357,5 | 19,53 |
| entre 25 e — 50 ha | 50.110 | 18,16 | 1.678.262,7 | 12,36 |
| entre 50 e — 100 ha | 16.407 | 5,91 | 1.100.143,5 | 18,86 |
| entre 100 e — 500 ha | 9.823 | 3,55 | 1.949.632,0 | 21,90 |
| entre 500 e — 1000 ha | 1.143 | 0,41 | 786.801,3 | 8,83 |
| entre 1000 e —10.000ha | 612 | 0,22 | 1.143.465,5 | 12,85 |
| com + de 10.000 | 5 | | 67.364,0 | 0,75 |
| TOTAL | 276.247 | 100 | 8.902.555,1 | 100 |

CLASSIFICAÇÃO CADASTRAL DE IMÓVEIS

| | Nº de Imóveis | % | Área | % |
|-------------------|---------------|-------|-------------|-------|
| Minifúndios | 166.782 | 60,37 | 1.550.617,8 | 17,41 |
| Empresas Rurais | 24.789 | 8,97 | 2.362.425,3 | 26,54 |
| Latifúndios | 83.692 | 30,31 | 4.968.011,8 | 55,81 |
| Não classificados | 984 | 0,35 | 21.500,2 | 0,24 |

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural — INCRA/86 (ano base 1985)

TABELA III
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM SANTA CATARINA

| ÁREA | HA | % |
|----------------------------|----------------|-------|
| Aproveitável total | 7.169.040,5 ha | 100% |
| Explorada total | 5.179.533,3 ha | 71,8% |
| Aproveitável não explorada | 1.989.507,2 ha | 28,2% |

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural — INCRA/86 (ano base 1985)

“O índice de GINI que mede a concentração da propriedade da terra apresenta os seguintes valores para Santa Catarina e Brasil:

| | 1960 | 1970 | 1980 |
|------------|-------|-------|-------|
| Brasil | 0,842 | 0,844 | 0,859 |
| Região Sul | 0,727 | 0,727 | 0,746 |
| S.C. | 0,667 | 0,647 | 0,676 |

A concentração máxima seria determinada quando o índice chegasse ao número absoluto 1 e a mínima pelo número 0". 63

Percebemos que Santa Catarina acompanha o ritmo do processo de concentração de terra brasileiro apesar de que não nos mesmos níveis.

Outros estudos feitos pelo agrônomo César A.F. Silva, constata que a maioria dos produtores de Santa Catarina se constituem de proprietários que empregam basicamente mão de obra familiar. Em 1970, estes proprietários detinham cerca de 83% dos estabelecimentos rurais e suas áreas abrangiam 91% da área agrícola estadual. Em 1980 os números baixaram para 78% e 89% respectivamente.

Ao mesmo tempo verifica-se um revigoramento das três categorias de produtores não proprietários ou seja os arrendatários, parceiros e posseiros.

Ressalta-se ainda que entre 1970 e 1980 cerca de 200 mil agricultores migraram dos campos para as cidades, no Estado.

E a FETAESC estima em 100 mil o número de "bóias-frias" existentes no meio rural catarinense e em torno de 140 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra, entre bóias-frias, meeiros e posseiros sem contar com o grosso contingente de jovens em idade de casamento que também precisam de um pedaço de chão para morar e trabalhar. 64

Estes dados nos comprovam que, se os trabalhadores rurais não se unirem e se organizarem, dificilmente terão chance de sobrevivência.

4. HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DE SANTA CATARINA E DO OESTE CATARINENSE.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina teve início em maio de 1980, com a ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, por mais de 300 famílias. A ocupação despertou a opinião pública para a questão dos Sem Terra do Estado, e no dia 12 de novembro do mesmo ano o governo desapropriou a área, e as famílias passaram a produzir na terra em sistema comunitário.

A vitória dos colonos de Campo Erê, passou a ser exemplo para os Sem Terra que começaram a se organizar, com preponderância no oeste do Estado.

Em janeiro de 1983 aconteceu o primeiro encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul. Neste Encontro eles definiram as diretrizes básicas do Movimento e decidiram que a ocupação de terra é uma das formas de fazer pressão para a solução do problema.

Em junho do mesmo ano, aconteceu a primeira assembléia dos Sem Terra com a participação dos sindicatos combativos. Foi eleita a comissão regional do movimento.

Com a comissão formada, os integrantes passaram a fazer reuniões nos municípios e formar comissões municipais. A partir daí, o Movimento se espalhou por 17 municípios do Estado.

Em dezembro/84 (dias 5 e 6) foi realizado um Congresso Estadual, no qual discutiram os problemas dos Sem Terra no Estado e levantaram sugestões para serem debatidas no Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra, que aconteceu em Curitiba, em janeiro de 1985.

Ainda em 1984, o Movimento faz sua primeira manifestação pública no dia 26 de julho em frente à sede do INCRA de Florianópolis. Em Chapecó, na mesma ocasião, representantes do Movimento mantêm audiência com o governador Espiridião Amin e Coordenador Regional do INCRA, quando apresentam um levantamento dos latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação.

Após o primeiro Congresso Nacional, o Movimento dos Sem Terra se fortificou e tomou vulto especialmente no oeste catarinense, onde devido ao término dos contratos de arrendamento, muitos agricultores ficaram sem trabalho e sem alojamento.

Nos dias que antecederam a posse, o PNRA estava sendo discutido e apresentado a nível nacional, e os Sem Terra perceberam indefinições nas políticas fundiárias das novas autoridades.

Também em função do clima político do Estado no início de 85, a aliança Jaison Barreto e Espiridião Amin, que estava concentrando suas atenções na política sucessória ao governo municipal da Capital, o Movimento decidiu não esperar as definições de gabinete.

Os agricultores Sem Terra também tinham conhecimento de que o Governador Espiridião Amin se instalaria com sua comitiva em São Miguel do Oeste para fins políticos na mesma data da posse.

E por último, em decorrência do término dos contratos de arrendamento deixando centenas de famílias desalojadas e sem trabalho, além das que já estavam sem alternativas de sobrevivência por falta de terra, o Movimento decide realizar as ocupações que estavam em preparação, aproveitando a festa de Nossa Senhora do Caravágio — dia 25 de maio.

4.2. Repercussões da Posse, Negociações, Acordos

A posse das terras pelos agricultores sem terra do oeste catarinense teve grandes repercussões nos meios de comunicação a nível nacional. Foi manchete em todos os jornais do Estado que alertaram para o perigo de incidentes armados entre latifundiários e agricultores, receando um conflito armado.

As autoridades políticas tentaram logo tomar uma atitude interferindo a favor: o governador Espiridião Amin entrou em contato com o ministro Nelson Ribeiro que pediu para tentar mediar um acordo para que se mantivesse ordem, até que o ministério tivesse uma solução urgente para o problema; o prefeito de Abelardo Luz enviou telex ao Presidente da República, ao INCRA e ao MIRAD pedindo apoio para solucionar o problema.

Por sua vez, os agricultores sem terra que tomaram posse, organizaram uma comissão e se dirigiram ao INCRA pedindo agilização para desapropriação das terras por interesse social. Também se dirigiram ao Governador, pedindo que cumprisse a proposta subscrita por ele e Jaison Barreto no documento "Bases para um Programa Comum para Santa Catarina".

Quatro dias depois das ocupações, o Governador e o Secretário da Agricultura reuniram-se com nove membros da comissão dos Sem Terra para comunicar que o INCRA já tinha proposto desapropriação das terras da viúva Anair Motta, de Amilton Viana e Eunice Gondin (duas propriedades com mais de 10 mil hectares).

A 03 de junho de 1985 em reunião realizada com o Governo do Estado, representantes do MIRAD, INCRA, Secretaria da Agricultura e representantes do Movimento dos Sem Terra, foi firmado um acordo. Este acordo previa que o governador do Estado comprometer-se-ia a comprar mil hectares de terras, duas áreas, uma situada no município de Abelardo Luz e outra em São Miguel do Oeste para nelas assentar provisoriamente as famílias que ocupam terras até esta data.

O INCRA se encarregaria de agilizar a desapropriação de no mínimo 20 mil hectares em 90 dias e assentar as famílias em 120 dias. Em troca, o Movimento participaria de todas as etapas do processo e estancaria novas ocupações.

A 05 de junho, onze dias depois das ocupações começou a operação de deslocamento das 2.000 famílias de trabalhadores rurais sem terra para as áreas de assentamento provisório: 500 famílias em 300 ha em São Miguel do Oeste; 1.500 famílias em 340 ha em Abelardo Luz.

Três dias após o deslocamento o advogado de Anair Motta desfez a transação de compra e venda com o Estado. A mesma decisão atingiu a compra das terras do espólio de Francisco Werneck que não quis mais vender suas terras.

Com isso os agricultores acampados em Abelardo Luz foram despejados e o Governo do Estado providenciou outra área — 6 km de distância da atual, com 15 ha de extensão, que foi aluga-

da provisoriamente.

Ao mesmo tempo, adquiriu em São Miguel do Oeste mais uma propriedade de 166,6 ha para colocação provisória dos sem terra. O transporte das famílias durou quatro dias e teve a solidariedade dos pequenos proprietários da região que emprestaram seus caminhões.

No dia 12 de junho, a Comissão Estadual dos Sem Terra distribuiu extenso documento advertindo: "Ou o Governo leva a cabo a sua promessa de assentar os agricultores, conforme acordo selado no dia 03 de junho, ou eles retornarão às invasões."

Somente em 27 de junho, o Governo do Estado conseguiu cumprir sua parte no acordo firmado no início do mês com os Sem Terra, alugando 750 ha da Fazenda Úrsula Florestal Ltda de Chapecó: dos quais 650 ha estão localizados em Faxinal dos Guedes e 100 ha em Abelardo Luz. Conforme o acordo, o INCRA continuaria se mobilizando para encontrar 20 mil ha para assentamento definitivo.

A transferência dos trabalhadores Sem Terra para os dois locais de assentamento temporário durou 8 dias e teve auxílio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das paróquias do oeste.

Depois de vários dias acampados, a morte de dois recém-nascidos comprovaram as péssimas condições em que se encontravam os agricultores, a falta de atendimento médico, remédios e alimentação.

Durante o período de acampamento, o Movimento dos Sem Terras promoveu duas grandes manifestações públicas pela Reforma Agrária no oeste catarinense aglutinando dezenas de sindicatos e milhares de manifestantes: em Faxinal dos Guedes, a 21/07 e em São Miguel do Oeste a 28/07.

Os atos públicos tiveram apoio de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, da Comissão Pastoral da Terra e outras entidades. Buscaram polarizar a atenção da sociedade para este problema sensibilizando-a e motivando-a para colaborar na pressão da implantação da Reforma Agrária.

O mês de agosto de 85, apresentou-se para os acampados como um dos mais duros, pois acabou a alimentação arrecadada pelas paróquias e comunidades e eles começaram a passar fome de verdade.

Em vista disso, foi realizada uma reunião de representantes dos Sem Terra, CUT, secretário da Agricultura, do Desenvolvimento Social, do Trabalho, da Saúde e LADESC. Ficou combinado que semanalmente o Governo do Estado entregaria aos acampados uma cota de alimentos sob forma de sacolão, via Programa "Olha o Peixe".

Os trabalhadores rurais Sem Terra acampados mantinham forte expectativa em relação ao prazo — 03 de setembro de 1985 — concedido pelo INCRA para identificação e desapropriação ou aquisição de 20 mil ha para assentamento.

Chegou o dia 4 de setembro, um dia depois do prazo estabelecido para o cumprimento do acordo e este não foi cumprido. Uma comissão de trinta colonos acampados veio até o INCRA de Florianópolis fazer um ato de protesto para pressionar o Governo. Vários agricultores, inclusive uma senhora grávida de 7 meses, ficaram nas dependências do INCRA, dormindo no chão e comendo só sanduíche, em vigília até obterem uma resposta.

No dia seguinte, o Presidente Sarney assinou decreto de desapropriação de cerca de 13 mil ha em 11 áreas do oeste catarinense. Isto implicou no assentamento de somente 100 famílias enquanto havia mais de 2000 cadastradas.

A comissão dos Sem Terra continuou sua vigília no INCRA, aguardando confirmação oficial.

A 10 de setembro o MIRAD divulgou as 11 áreas desapropriadas em Santa Catarina:

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| 1. Rabo de Galo | – São Miguel do Oeste |
| 2. Entre Rios | – São Miguel do Oeste |
| 3. Santa Rosa I | – Abelardo Luz |
| 4. Parolim | – Itaiópolis |
| 5. Santa Rosa II | – Abelardo Luz |
| 6. Papuan | – Abelardo Luz |
| 7. Derrubada | – Ponte Serrada |
| 8. Sandra | – Abelardo Luz |
| 9. Barra Escondida | – São José do Cedro |
| 10. Jacutinga | – São Miguel do Oeste |
| 11. Lageado Grande | – São José do Cedro |

Duas semanas depois da divulgação, as primeiras famílias foram assentadas em 4 localidades, as demais dependiam da "emissão de posse".

O assentamento foi feito em caráter emergencial, para que as famílias não perdessem o período de plantio.

Ainda era grande o número de famílias que permaneciam acampadas em situação precária. Chegou novembro, o final do ano se aproximando e não se definiu mais nada em relação a outras desapropriações. Assim, os Sem Terra decidiram em assembléia, que precisavam tomar uma providência. Uma comissão de vinte e seis colonos entrou na sede do INCRA de Chapecó e prometeu permanecer no escritório até que a "emissão de posse" das demais terras desapropriadas fosse repassada. Além desta reivindicação, pediram para que fosse cumprido o critério do Movimento: assentamentos coletivos e terras para os jovens solteiros com mais de 18 anos.

Desta vigília só obtiveram como resultado positivo, a informação de que fora "emitida a posse" de uma área com extensão de 5.536 ha no município de Itaiópolis.

Chegou o final do ano de 1985 e os Sem Terra ficaram sem assistência, pois nesta época os organismos praticamente param as atividades devido às festividades.

A 27 de fevereiro de 1986, outra comissão de acampados veio até o INCRA de Chapecó, reclamar o acordo firmado no ano anterior que teve seu prazo final encerrado em 30/10/1985.

A 05 de março de 1986, o INCRA realizou uma reunião com representantes do Movimento Sem Terra e propôs uma trégua. Esta trégua foi obtida com a comprovação de que o Instituto estava desenvolvendo todos os atos necessários ao encaminhamento dos problemas fundiários. O INCRA mencionou que há 21 áreas com desapropriação decretada em Santa Catarina, perfazendo mais de 22 mil ha, aguardando "emissão de posse".

A 30 de março de 1986, mais de 50 representantes dos Sem Terra se reuniram em Chapecó para eleger os novos coordenadores do Movimento. No mesmo encontro, foram escolhidos os nomes dos delegados que participariam do 2º Congresso Estadual dos Sem Terra, que seria realizado nos dias 8 e 9 de abril em Chapecó.

Até março de 86, somente 248 famílias haviam sido transferidas para as áreas definitivas, sendo assim, os Sem Terra resolveram tomar mais uma medida.

Durante a realização do 2º Congresso Estadual dos Sem Terra, 42 deles se dirigiram a Florianópolis para mais um ato de protesto: acamparam no centro da capital, em frente à catedral como forma de despertar atenção das autoridades e comunidade, e exigir o atendimento de suas reivindicações.

Foi realizado um ato público em apoio aos agricultores Sem Terra, no largo da catedral de Florianópolis, com a presença de aproximadamente 300 pessoas.

Os colonos decidiram permanecer acampados em frente à catedral até que todas as reivindicações fossem atendidas. Apesar das condições precárias, chão de cimento, falta de colchões, a chuva molhando todos os pertences, falta de alimentação, o barulho durante a noite, etc., eles continuaram firmes; quem passava em frente aos barracos via um grande cartaz com os dizeres: "Precisamos arroz, feijão, açúcar, carne, farinha, verduras e azeite. Sua solidariedade é importante. Com terra vamos produzir tudo isso".

Os Sem Terra voltaram para o oeste sem obterem o total atendimento de suas reivindicações (permaneceram aproximadamente 4 semanas acampados em frente à Catedral). Distribuíram à população uma nota de esclarecimento explicando os motivos de sua volta:

— "Conseguimos arrancar do INCRA e do Governo Federal a certeza de que o acordo assinado no dia 03 de junho de 85 será cumprido".

— "Nossa luta continua para que sejam desapropriadas imediatamente 5.600 ha que já estão com o Presidente da República".

"Nesse sentido, a partir de agora nossa pressão será direta em Brasília."

Neste período, os Sem Terra foram informados de que o BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, repassaria auxílio financeiro, destinado à manutenção, custeio, preparo do solo e aquisição de equipamentos agrícolas, para as famílias assentadas.

A 24 de junho de 1986, o presidente Sarney assinou decreto desapropriando 37 áreas em 12 Estados do país. Em Santa Catarina foram desapropriadas 03 áreas: Fazenda Boa Esperança em Major Garcia, Fazenda Rio dos Patos em Lebon Régis e Fazenda Rio da Prata em Ibirama.

A 27 de junho foi anunciada a desapropriação de mais 4 áreas: as Fazendas Putinga, Rio Timbó, Rio Mansinho e Rio dos Patos.

As famílias que estavam acampadas provisoriamente aguardando assentamento, continuaram em situação precária. Alguns depoimentos comprovam o sentimento de inutilidade a que estavam destinados:

— "O INCRA não nos autoriza a plantar e não podemos derrubar mato. Assim, ficamos na dependência de quem nos traz rancho todo mês..."

— "Não estamos aqui acampados para ganhar comida, queremos terra para trabalhar..."

— "Essa vida é pior que cadeia, ficamos sem poder trabalhar e quando arranjamos serviço os fazendeiros abusam de nossas necessidades..."

No início de julho de 86, 80 famílias acampadas em Abelardo Luz, na Fazenda Úrsula, receberam o aviso de que precisavam sair imediatamente do local porque a área havia sido leiloada, e os compradores, família Ferronato de Xanxerê, deram um prazo de 15 dias para se retirarem do local.

Duas semanas depois do aviso as famílias foram despejadas pela justiça e foram para a Fazenda Papuan II que já estava em processo de desapropriação.

A 06 de agosto, 250 famílias de acampados entraram na Fazenda Capão Grande, também em Abelardo Luz. O imóvel fica localizado entre as Fazendas Papuan II e Santa Rosa e possui 4.087 ha.

A 02 de janeiro de 85, o presidente Sarney havia assinado decreto de desapropriação de 1.285 ha da Fazenda Capão Grande, porém o proprietário Nei Barbosa Lima, impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Os efeitos do decreto foram suspensos e até meados de 87 o caso ainda estava à espera de julgamento. O Proprietário entrou com ação judicial pedindo reintegração de posse da área, e as famílias foram despejadas.

Destas, 130 foram para um lote comunitário de 5 ha, pertencente ao INCRA que fica na Fazenda Papuan I, desapropriada há pouco tempo. As outras 110 famílias, sem terem para onde ir e como forma de protesto, armaram seus barracos em frente ao Fórum e a Prefeitura de Abelardo Luz onde permaneceram por mais de um mês.

A 22 de agosto de 86, foi instituída na sede do INCRA de Florianópolis, a Comissão Agrária de Santa Catarina com o objetivo de "acelerar o processo de Reforma Agrária e alterar a atual situação de vida do homem rural". Nenhum representante dos Sem Terra participa da Comissão. O mesmo acontece com os Conselhos Agrários Municipais, criados para descentralizar o trabalho da Comissão Agrária Estadual.

A 14 de setembro foi realizada a 1ª Romaria da Terra de Santa Catarina, na localidade de Taquaruçú em Fraiburgo com a presença de mais de 20 mil pessoas. O local foi escolhido pelo Movimento Popular, exatamente para resgatar o passado e mostrar a luta histórica pela Reforma Agrária.

A 17 de setembro, 200 famílias de acampados foram transferidos para a Fazenda Parolím de Itaiópolis. A comunidade local os recebeu com festas.

A 25 de setembro uma comissão de Sem Terras de Santa Catarina foi a Brasília e juntamente com os Sem Terra de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul mantiveram contato com o Ministro da Reforma Agrária pedindo maior atenção aos assentamentos e a desapropriação definitiva das Fazendas Capão Grande e Estrela de Abelardo Luz bem como a Rio dos Patos em Lebon Régis.

A 10 de outubro, Chapecó recebeu a visita do ministro da Reforma Agrária Dante de Oliveira, que cumpriu extenso programa, porém não visitou nenhum acampamento nem assentamento dos Sem Terra.

Dante de Oliveira se apresentou otimista e em sua fala à imprensa disse que "Santa Catarina é um dos Estados mais adiantados no Programa Nacional de Reforma Agrária". Pediu confiança aos Sem Terra dizendo: "Não se desesperem, acreditem na sua força, na sua organização e no compromisso assumido em praça pública pelo presidente Sarney".

Ainda em outubro de 86, 56 famílias acampadas entraram na Fazenda Santa Rosa II de propriedade de E.W. e três semanas depois se juntaram a estas mais 60 famílias provenientes do acampamento de Faxinal dos Guedes.

Assim, estas famílias, mais as 150 acampadas defronte à Prefeitura de Abelardo Luz, eram as que ainda aguardavam assentamento definitivo.

Em novembro de 86 melhoraram as perspectivas de assentamento: dos ocupantes da Fazenda Santa Rosa, 62 famílias foram para Fraiburgo e 14 para Lebon Régis. Das famílias acampadas defronte à Prefeitura de Abelardo Luz, 35 foram para 670 ha doados pela proprietária da Fazenda Santa Rosa e 62 famílias se juntaram com outras 100 que estavam acampadas na Fazenda Estrela, aguardando novas desapropriações.

A família Werneck deveria receber indenização do INCRA, correspondente a 1200 ha. Porém, destes, resolveu doar 670 ha, um caso realmente inédito no processo de Reforma Agrária do Estado.

Algumas famílias e jovens solteiros fizeram parte de um acordo entre o Movimento dos Sem Terra e Comissões Agrárias Municipais: voltariam para suas terras de origem, e assim que o INCRA tivesse em mãos a emissão de posse de novas áreas, eles seriam assentados.

Nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1986, representantes do Movimento dos Sem Terras, Coordenadores dos acampamentos e dos assentamentos se reuniram em Chapecó para fazer a avaliação do ano de 1986.

Neste encontro foi tirada uma nota à imprensa e à população com o objetivo de tornar público o não cumprimento por parte do Governo da Nova República, das metas estabelecidas no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária.

As metas de assentamentos previstas no Plano Regional de Reforma Agrária para o Estado de Santa Catarina foram as seguintes:

| ANO/HA | 1985/86 | HA | 1987 | HA | 1989 |
|--------------------|---------|--------|-------|--------|--------|
| Número de Famílias | 2.900 | 50.000 | 5.800 | 90.000 | 29.000 |

DADOS: INCRA de Florianópolis.

O número de famílias assentadas em Santa Catarina pelo INCRA é o seguinte:

| ANO/HA | 1985/86 | HA | 1987 | HA |
|--------------------|---------|--------|------|-------|
| Número de Famílias | 1.453 | 29.145 | 70* | 2.127 |

*Este dado é de setembro de 1987

FONTES: INCRA - Florianópolis, Setor: Colonização

5. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DO OESTE CATARINENSE - ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE LUTA

O Movimento dos Sem Terra vem aos poucos sendo conhecido a nível nacional e até internacional.

É um movimento social que vem se projetando com características próprias, e alcançando força significativa no campo, com adesão de um número cada vez mais elevado de agricultores.

Atualmente, diferentes tipos de pessoas vem se interessando pelo movimento e manifestando sua opinião.

Transcrevo aqui, o que ele representa na opinião de um político, um intelectual, dois bispos, os coordenadores do Movimento e os próprios agricultores sem terra.

Para A.P.S., superintendente do INCRA: "O Movimento dos Sem Terra é um movimento muito bem organizado, é um ato político, uma forma de pressão. Possui semelhança com um partido político. Embora tenha uma linha partidária, não se identifica como partido. Está tendo grande repercussão à nível de Brasil. Formaram uma secretaria do Movimento com representantes da CPT, do Sindicato e até da CUT. A repercussão tem surtido efeito à nível federal. Devido às pressões que estavam exercendo foi feito até um acordo interministerial para amenizar o problema"⁶⁵

Para José de Souza Martins, sociólogo, professor da USP "a organização dos Sem Terra representa o surgimento de um novo sujeito histórico e define um quadro de conflito, de questionamento do poder, é anúncio de uma nova legitimidade".⁶⁶

Dom Tomás Balduino, bispo da diocese de Goiás coloca:

"Sou testemunha de solidariedade na esperança de crescimento do Movimento no chão do Brasil todo, para que as massas de manobras possam dar sua plena medida na construção da nova Pátria. O Movimento Sem Terra representa hoje, a grande transformação deste país".⁶⁷

Dom José Gomes, bispo de Chapecó - SC diz que:

"O Movimento dos Sem Terra é providencial e necessário para que se crie no Brasil uma Reforma Agrária

justa e que atenda as necessidades de milhões de trabalhadores sem terra do país". 68

Para os coordenadores do Movimento, que apoiam e assessoram os Sem Terra, este possui uma luta específica de grande significado:

"O Movimento dos Sem Terra para mim é de um lado a existência dos trabalhadores Sem Terra e de outro os grandes proprietários. É por meio disso que passa o Movimento, lutando pela Reforma Agrária".

"O MST hoje é um Movimento a nível nacional e representa algo muito importante para os trabalhadores Sem Terra. É um Movimento que está conseguindo, através da luta, da organização e da união dos trabalhadores Sem Terra, mostrar para toda a Sociedade que a Reforma Agrária só acontecerá a partir da organização, e da luta dos trabalhadores, principalmente daqueles que são os interessados imediatos na coisa, que somos nós, os Sem Terra".

"Para mim ele é o Movimento mais avançado, mais bem articulado dentro do país. É um Movimento que tem tão pouco tempo de vida e já conseguiu despertar a consciência dos trabalhadores, justamente porque tem luta específica que é a luta pela terra. E a luta pela terra não fica somente na luta pela terra, é a conquista da questão política mais ampla".

Para os próprios Sem Terra acampados, o Movimento representa algo de muito importante, uma verdadeira transformação em suas vidas; através dele, vislumbram uma Nova Sociedade, liberdade, igualdade, luta conjunta, espaço para reivindicar seus direitos, organização.

Para ilustrar, apresento alguns depoimentos que considere mais significativos:

- "O MST significa luta. A partir da luta vem a vontade e esperança de vencer. O MST proporciona voz e vez para os acampados. Pessoas que eram inibidas conseguem hoje se colocar com muita coragem. Estamos caminhando para uma nova sociedade. Sociedade igualitária que o povo precisa. Formação de grupos coletivos, ter tudo em comum onde o cidadão possa ter vez e voz".
- "O MST para mim representa uma grande alegria porque participando dele a gente fica livre da escravidão. A gente aprende a trabalhar no Movimento e a passar para os outros essa forma, animar os outros a fazer o mesmo..."
- "É um Movimento que representa o futuro da gente. O MST é encaminhar os filhos para uma nova sociedade..."
- "É uma união de todos, esperando a mesma coisa que é a terra..."
- "O Movimento é um grande valor para mim. Os ricos não dão valor para a gente, esse pessoal do MST sim..."
- "O MST é de grande importância. Se não tivesse esse Movimento continuaríamos explorados. É o início de uma nova sociedade que representa igualdade para todos, sem exploração nem egoísmo, é viver mais honestamente..."

Os depoimentos dos acampados concretizam o que DURHAM coloca sobre o "reconhecimento mútuo", através do qual o indivíduo passa da esfera privada para a pública, podendo ouvir, opinar e decidir. Além disso, todos passam a se sentir num mesmo nível de igualdade, o que ocorre em função da mesma carência — terra, e através da vivência em comunidade. 69

O Movimento proporciona ao grupo uma identidade social, e os acampados passam a se sentir sujeitos da história.

As relações sociais são valorizadas com ênfase na união e formação de grupos que tenham tudo em comum.

A autonomia é vista como o fim de exploração e conquista da liberdade.

Almejam uma sociedade mais democrática, remetendo-a ao futuro e aos seus filhos.

O Movimento conquista aos poucos a confiança dos trabalhadores Sem Terra pois vem se mostrando algo permanente, que não se extingue com a simples conquista da terra. Continua ao lado dos Sem Terra apoiando e assessorando também os assentamentos, repercutindo nas organizações mais amplas para que as necessidades básicas como infra-estrutura, saúde, educação, etc., também sejam atendidas.

5.1. Como se forma

Segundo depoimentos dos coordenadores do Movimento, ele se estrutura basicamente com a mesma metodologia em todo o país.

Algumas lideranças já pertencentes ao Movimento, percorrem as comunidades agrícolas fazendo um levantamento dos colonos que não possuem terra. Através de contatos e entrevistas estes colonos são convidados a comparecer nas reuniões realizadas pelo Movimento.

Estas reuniões são realizadas nas Escolas, Igrejas ou Sede do Sindicato da Comunidade, com respectivo apoio destas Entidades.

O grupo passa a se reunir periodicamente para discutir assuntos de seu interesse, ler a Bíblia e planejar possíveis estratégias.

Atualmente, o Movimento já possui coordenação a nível Nacional, Estadual e Regional.

Até o início de 1986 só no oeste catarinense, 40 localidades já possuíam Movimento dos Sem Terra organizados.

Também no litoral alguns municípios já contam com o Movimento como Tijucas, Joinville, Tubarão, Criciúma, Rio do Sul, Ituporanga e Aurora.

A Secretaria do Movimento do Oeste, nos informou que para uma localidade iniciar um núcleo do Movimento dos Sem Terra, basta ter no mínimo 06 famílias organizadas com a coordenação de um líder.

Os líderes passam por um treinamento. Quando os sindicatos são "autênticos", apoiam a luta e estão do lado dos Sem Terra, são membros do próprio sindicato que dão os treinamentos. Se não, membros da executiva se deslocam até os locais ou as pessoas vem até o oeste participar dos treinamentos.

5.2. Quem Abrange

Como o próprio nome diz, abrange os agricultores Sem Terra.

Segundo GRZYBOWSKI,

"Sem Terra são antigos proprietários e filhos de proprietários, parceiros, arrendatários e agregados que, com exceção de um pequeno número reintegrado como assalariados permanentes de granjeiros, não tem mais condições de se inserir na nova organização social da produção no campo e não se sujeitam à proletarização e à favelização nas cidades". 70

Por sua vez José de Souza Martins coloca que:

“é possível distinguir dois grandes grupos de Sem Terras: um, o mais antigo resultante de construções das barragens nos grandes rios e o outro, o número crescente de lavradores sem terra própria para trabalhar, como os meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, cujas terras são insuficientes para famílias extensas como são as dos colonos do sul”.⁷¹

Entre os Sem Terra entrevistados no acampamento aparecem duas categorias: arrendatário e peão.

Por arrendatário eles entendem todos os que trabalham para um patrão como parceiro, meeiro ou agregado, não fazem distinção, às vezes o patrão só aluga a terra por dinheiro, outras vezes combina em dar a meia, terça ou quarta da colheita. Sempre moram em cima da terra do patrão. Nem sempre ganham as ferramentas ou carroça para trabalharem a terra. Às vezes ganham uma junta de bois emprestada ou uma vaca leiteira para o sustento da família.

A outra categoria, peão, mais comumente usada aqui no sul, se distingue do bóia-fria. O peão é aquele que tem sua casa perto ou em cima da terra do patrão, e só ganha pelo que trabalha (salário). Não ganha produção ou colheita.

Bóia-fria vem de longe (de ônibus ou caminhão) também trabalhar só pelo salário sem direito a mais nada.

Entre os acampados do oeste catarinense, a grande maioria foram arrendatários. Os peões ou bóias-frias somam apenas uns 20%.

Há uns dois ou três casos de minifundistas que não possuem terra suficiente para plantar, isto é, menos de 5 ha.

Segundo a Secretaria do Movimento dos Sem Terra de Santa Catarina, em 1986 existiam 140 mil famílias Sem Terra no Estado.

5.3. Acampamentos — Uma nova forma de luta pela Terra

A Estratégia de Acampar — Os acampamentos representam uma nova forma de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais que reivindicam terra.

No final do ano de 1986 somavam mais de 100, os acampamentos dos Sem Terra em todo o Brasil, ressaltando uma forma inédita de manifestação de um movimento social, ou seja, um novo modo de luta pela terra.

Existem diferentes formas de acampamento. Eles podem surgir através de um planejamento a longo prazo como foi o caso dos Sem Terra do Oeste que se reuniram durante dois anos para organizar as ocupações conjuntas, das quais participaram agricultores de toda a região.

Outros são frutos de expulsões de terras ou ainda para reivindicar regularização de títulos de terras que foram tomadas.

E como falou o ex-ministro Nelson Ribeiro, na SBPC em Curitiba — julho/86: “O acampamento é a greve do trabalhador rural, que se encontra destituído de tudo. É uma greve catalítica ou seja, pela sua própria presença: eu estou aqui, incomodo, causo um choque mas existo”.

Os acampamentos são uma forma de pressão pacífica e ordeira que os agricultores exercem sobre as autoridades e toda a sociedade, para garantirem seus direitos:

“São centenas de pessoas permanentemente a discutir (...) Um acampamento não envolve apenas homens. As mulheres também passam a ter um papel ativo na decisão sobre os rumos do Movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens ‘voltarem da luta’ mas vão com seus maridos e seus filhos para o frente de batalha (...) Um acampamento

não é apenas o produto da revolta e do desespero, ou um aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. Ao contrário. A decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e sobretudo fé e esperança".⁷²

O acampamento é uma forma de dar vida ao corpo do Movimento dos Sem Terra. É mostrar que existem forças ativas à espera da Reforma Agrária.

Acampando, os agricultores se transformam através do Movimento em agentes de construção de sua própria identidade política, se tornam sujeitos ativos do processo de Reforma Agrária.

5.4. O Cotidiano nos Acampamentos

Os acampamentos são sempre formados por famílias de agricultores Sem Terra que chegam juntos a um mesmo local e vão montando seus barracos ordenadamente um ao lado do outro.

Na montagem dos barracos, os colonos procuram ficar próximos dos parentes, amigos, ou vizinhos da mesma comunidade que vieram.

Os locais escolhidos para os acampamentos são sempre em volta de uma fonte de água ou riacho.

Os barracos são feitos com suporte de toras de madeiras ou bambú, e cobertos por uma lona de plástico preta (usada para proteger plantações do sol ou da geada). É um material pouco resistente que aos poucos vai rompendo.

Dentro dos barracos os agricultores improvisam mesas, prateleiras e cadeiras de bambú. As camas também são feitas da mesma forma, porém erguidas do chão devido às chuvas e insetos rasteiros.

Alguns possuem móveis, armário, cômoda ou fogão. Outros, só uma chapa de ferro segura por tijolos.

Observa-se uma diferença nos barracos dos que eram arrendatários e dos peões. Os primeiros possuem mais pertences, às vezes um pouco de comida estocada (cebola, batata, açúcar), mandada pelos pais ou parentes que moram no sítio, ou comprada.

Alguns possuem galinhas ou porcos, presos em pequenas proteções de madeira ou bambú por eles mesmos improvisadas. Outros possuem uma vaca leiteira, cujo leite serve à família e o que sobra vendem, ou distribuem para as crianças recém-nascidas.

Cachorros também é o que não falta nos acampamentos. Alguns ex-arrendatários possuem umas economias guardadas para comprar alimentos que não vem com o caminhão do INCRA e para viajar periodicamente a visitar familiares.

Os ex-arrendatários geralmente são descendentes de imigrantes alemães ou italianos, possuem a tez clara, estatura média forte e aspecto mais sadio.

Os peões por sua vez tem os barracos menores e as lonas em mau estado de conservação. Quase não possuem pertences. Somente uma cama com colchão improvisado, uma mesa e uma chapa de ferro como fogão. A grande maioria é descendente de índio ou caboclo.

Uma vez que a alimentação que vem com o caminhão do INCRA é insuficiente, principalmente quando a família é numerosa, alguns homens vão trabalhar fora, nas fazendas vizinhas, por dia, hora ou empreitada.

Os que permanecem nos acampamentos trabalham nas lavouras que eles próprios improvisam. Plantam milho, arroz, feijão e às vezes batatinha.

A horta fica aos cuidados das mulheres que nem sempre tinham sorte com as verduras por causa do tempo muito seco e quente e a dificuldade de regar.

O dia-a-dia das mulheres se resume em, após levantar, fazer fogo a lenha para esquentar

água para chimarrão (que é um hábito diário) e café.

Tomam café e servem às crianças. Quando não tem pães, geralmente improvisam bolinhos, às vezes com ovos (muito raro) e quase sempre de trigo, sal e água, o que chamam de sequilhos.

Arrumam o barraco e vão para a fonte lavar roupa em alguns tanques também improvisados.

Em seguida cuidam do almoço. Enquanto preparam o almoço, novamente a cuia de chimarrão é uma constante. Quase nunca é tomada sozinha, sempre em pequenos grupos. As mulheres dos barracos mais próximos se juntam e formam uma roda onde vai passando uma mesma cuia.

Quando os homens chegam da roça, perto do meio dia, também vão direto ao chimarrão, antes de almoçar.

Depois do almoço, que consiste basicamente de arroz e feijão, as pessoas descansam à sombra dos barracos, principalmente no verão quando o sol é causticante.

Por volta das duas ou três horas, os homens voltam para roça, e as mulheres continuam a lida da casa (barraco). Fazem pão, costuram, cortam lenha para o fogo, buscam água da fonte, cuidam das crianças, etc.

As crianças por sua vez são em grande número e logo se "enturmam", formam amizades com as dos barracos vizinhos. Correm o dia inteiro pelo acampamento e improvisam brinquedos com madeiras, galhos, folhas, pedras, etc.

Em alguns acampamentos existem professores (também acampados) que dão uma espécie de aula para as crianças em idade escolar. Além da alfabetização eles aprendem músicas com letras sobre o problema da terra e a Reforma Agrária, passando a entender melhor porque estão ali.

As aulas são dadas ao ar livre, à sombra das árvores.

As crianças são as que mais sofrem nos acampamentos em consequência das precárias condições de saúde, higiene, alimentação, expostas ao calor ou frio excessivo sem proteção a não ser as lonas de plástico. Brincam no barro, na lama, na chuva ou no vento e ficam expostas aos mais diversos tipos de doenças.

Apesar disso tudo, eles transparecem satisfação, pois estão junto com os pais lutando por aquilo que um dia também irão usufruir: a terra.

Nos domingos a rotina se modifica nos acampamentos. Pela manhã, ocorre uma celebração religiosa coordenada pela comissão de liturgia, onde é lido um trecho do evangelho. Refletem sobre ele, e cantam cantos cujas letras dizem respeito à realidade pela qual estão passando. Às vezes vem um padre das redondezas e celebra missa, o que no início era mais freqüente.

O almoço no domingo geralmente é um pouco diferente, com alguma coisa comprada, pelos que trabalham fora, ou mandada pelos parentes. Outros matam galinha.

À tarde formam-se rodas de conversas e chimarrão. As mulheres ficam numa roda e os homens em outra.

O chimarrão de domingo às vezes também é diferente. Quando tem açúcar sobrando, faz-se mate doce queimado, que consiste em queimar açúcar numa panela e colocar água quente por cima. Esta mistura é colocada na cuia que está preparada com mate, camomila ou hortelã. Quando tem mate doce, as crianças também tomam chimarrão. As famílias que possuem vaca leiteira fazem mate doce com leite. É só substituir a água pelo leite com açúcar queimado. Porém isto é muito raro nos acampamentos.

Nas conversas de roda das mulheres saem fofocas do acampamento. Elas também gostam de relembrar o passado, como eram os domingos no local onde moravam. Os domingos eram bem divertidos. De manhã iam à missa ou culto e de tarde visitavam os parentes. Além disso sempre tinham uma coisa gostosa para comer como bolos, rosas ou sobremesas, os quais nos acampamentos faz tempo que não vêm. Recordam também que quando eram mocinhas, sempre iam dançar nas "domingueiras"

Aos domingos, alguns acampados também saem para visitar seus parentes que moram em locais mais próximos e outros recebem visitas.

Os homens geralmente passam o domingo à tarde jogando futebol num campo das proximidades, ou baralho. Outros ficam conversando no boteco da vila.

Algumas comissões aproveitam o domingo para se reunir, avaliar e replanejar as atividades.

Quando chega uma pessoa desconhecida no acampamento, todos ficam com desconfiança e cautela com o que vão falar. Depois que a pessoa passa pelo "crivo" da comissão central, conversa com as pessoas, vai se identificando, dependendo da simpatia por parte dos acampados, ela é tratada muito bem.

Convidam para a roda de chimarrão, oferecem bolinhos, insistem que ela almoce com eles no barraco, etc. Dizem que gostam muito quando vem visita de fora que os apoia, pois ficam sabendo novidades, aprendem coisas, enfim, a rotina do dia-a-dia se torna menos monótona.

Uma vez por semana chega ao acampamento uma camionete que é uma espécie de mercado ambulante. Vende cigarros, balas, chinelos de borracha, fermento, sal, e às vezes banana ou repolho.

No próprio acampamento também existem famílias que fazem de seu barraco um pequeno comércio vendendo cigarros, balas, cachaça, etc.

No início a cachaça era proibida, mas depois foi sendo aos poucos liberada com a promessa de que ninguém iria fazer confusão nos acampamentos quando bebia.

Vez por outra acontecem pequenas brigas, discussões entre vizinhos, fofocas, o que é comum em qualquer comunidade.

A maioria dos acampados tem consciência da necessidade de terem uma convivência pacífica e ordeira até alcançarem a vitória de conseguir terra.

5.5. Principais dificuldades nos acampamentos

1. Alimentação: A base da alimentação fornecida pelo INCRA através da Secretaria da Agricultura foi feijão, arroz e farinha. Portanto os acampados sentiram muita falta de legumes, verduras, frutas, ovos, manteiga ou algo para passar no pão. As crianças ficaram meses sem leite.

As mulheres que ganharam neném nos acampamentos não puderam amamentá-los por muito tempo por falta de alimentação mais forte.

Alguns homens se queixavam que já pela manhã eram obrigados a comer "virado de feijão" (feijão amassado com farinha de mandioca). Faziam um esforço enorme para engolir, ganhando até náusea, e por volta das dez horas tinham que parar de trabalhar na roça porque estavam sem forças e sentindo tonturas.

Também as crianças a partir de meses de idade, tinham que comer caldo de feijão porque não tinha outro alimento.

2. Calor, frio: Os barracos cobertos de lona de plástico, no verão eram sufocantes porque não deixavam passar o ar. Era quase impossível permanecer debaixo da lona.

No inverno (caiu até neve nos acampamentos, em 85) a lona não aquecia o suficiente e o chão estava sempre úmido. Não podiam fazer fogo dentro do barraco (para esquentar) por causa da fumaça e do perigo de queimar os pertences.

Os cobertores e agasalhos eram escassos e as gripes, resfriados e outras doenças eram constantes, principalmente nas crianças.

3. Barracos de lona: A experiência de morar em barracos de lona foi uma dificuldade para muitos. Por mais simples que fosse a casa onde moravam antes apresentava aconchego, limpeza e segurança.

Nos barracos, ao contrário, a família dorme amontoada, o chão é de barro, há perigo de

entrar animais rasteiros como ratos, cobras. Quando chove muito, molha tudo por dentro e não podem deixar sozinho o barraco porque não tem como fechar

4. Falta de assistência médica: no início dos acampamentos, alguns médicos e enfermeiras prestavam assistência aos acampamentos, mas logo desapareceram.

Pelo menos dez crianças morreram nos acampamentos por falta de assistência médica.

Também quando os acampados necessitavam ser atendidos em hospitais, passavam muita dificuldade pois a maioria não são inscritos no INPS ou FUNRURAL.

5. Indefinição e demora no cumprimento do acordo: segundo um acampado, "se o cumprimento do acordo fosse tratado com mais respeito, consideração e dignidade, os outros problemas menores seriam superados com muito mais facilidade. Todos os problemas advém desta indefinição, desta enrolação que as autoridades e órgãos fazem".

Para a grande maioria dos acampados, a demora no cumprimento do acordo, que era assentá-los nas terras definitivas, a falta de apoio dos políticos e autoridades que só se preocupam com eles "quando é para caçar votos", gerou insegurança, incerteza e desânimo.

O desânimo é manifestado na maioria das vezes pela vontade de desistir do acampamento, ir embora para outro lugar ou voltar para casa dos pais.

Para os acampados, estas dificuldades representaram grande sacrifício, pois muitos se submeteram a situações inferiores as que estavam acostumados.

A maioria dos acampados não esperava que fosse passar por tanto sofrimento. Uns achavam que o período de acampamento seria bem mais curto, outros vieram mesmo por extrema necessidade pois não tinham para onde ir, sem saber o que os esperava.

Durante o tempo de acampamento, alguns fatos se destacaram. Segundo depoimentos, estes fatos foram muito marcantes para os Sem Terra:

— O sofrimento que passaram, a ansiedade, as privações, enquanto não recebiam resposta sobre a terra;

— As crianças que nasceram durante o acampamento, a maioria nos próprios barracos (calcula-se quase 100 crianças);

— As crianças que morreram por falta de assistência médica, que são chamados "os mártires de acampamento" (em torno de dez);

— Os 55 batizados realizados num mesmo domingo nos acampamentos;

— A neve que caiu no inverno de 85. O chão ficou branquinho. Muita gente viu neve pela primeira vez. O frio foi intenso!

— A organização, a união, a amizade e a solidariedade entre os acampados;

— A participação do povo nas decisões, tudo foi decidido em assembléias;

— A religião, a devoção e fé do povo que fizeram até um símbolo dos Sem Terra, uma cruz de madeira;

— Enfim, a vitória de ter conseguido terra, saber que toda a luta e sofrimento não foram em vão, vai ficar marcada para sempre!

6. CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO OESTE CATARINENSE.

Estas características foram observadas ao longo de minha permanência nos acampamentos e colocadas pelos próprios acampados durante as entrevistas:

6.1. Descentralização do Poder — Organização

Desde o início dos acampamentos, os líderes do Movimento procuraram descentralizar o

poder, formando comissões, distribuindo cargos e tarefas e realizando assembléias para todas as decisões que deveriam ser tomadas.

Esta descentralização propiciou uma organização em torno da qual os Sem Terra passaram a ter oportunidade de se tornarem sujeitos do processo, participando ativamente da luta pela Reforma Agrária.

No período em que visitamos os acampamentos, os Sem Terra apontaram 14 comissões internas, comissão de saúde, da alimentação, da segurança, de recepção, etc.

Estas comissões foram consideradas muito importantes pelos acampados, pois participando delas se sentem valorizados, úteis, cooparticipantes do que está acontecendo.

Também são feitos rodízios entre as pessoas das comissões para que todos tenham oportunidade de participar e desenvolver suas aptidões. É uma oportunidade para emergirem lideranças internas que certamente sem este espaço permaneceriam abafadas.

Além das comissões, o acampamento está organizado em grupos de estudo. Cada 5 baracas formam um grupo de estudo com a finalidade de discutir o acordo firmado com o governo e o INCRA, encaminhar ocupações para os respectivos assentamentos, falar sobre Reforma Agrária e planejar o assentamento coletivo.

Cada grupo destes indica duas pessoas que vão representá-los nas assembléias gerais, levando o que foi discutido por eles.

Esta organização desencadeia um forte sentimento de coletividade, sabem que todos ali presentes estão passando pelo mesmo sacrifício e dificuldades e estão lutando por um mesmo objetivo, o de conseguir terras.

6.2. Relação Comunitária

A solidariedade é um aspecto da cultura camponesa muito valorizada. No meio rural, as grandes distâncias, a dificuldade de acesso aos hospitais, mercados, etc., faz com que a ajuda necessária sempre seja solicitada ao vizinho mais próximo.

No acampamento esta solidariedade se desenvolve com mais intensidade, uma vez que a situação é precária e as dificuldades são muitas. Além disso, há maior disponibilidade de tempo por parte das pessoas, que não estão na mesma "lida" da roça do local onde moravam.

Todos são considerados iguais pois estão passando pelo mesmo problema, o da falta de terra para plantar e sobreviver. Além disso, o tempo de espera para a solução do problema, ou seja as desapropriações, é grande e todos sabem que se não reinar harmonia entre eles, a convivência fica difícil. Desta forma, se esforçam para haver uma boa relação comunitária.

6.3. Projeto de uma nova Sociedade

Estas características de organização, união e solidariedade estão presentes nos acampados como fatores imprescindíveis para a construção de uma Nova Sociedade, que para eles significa relações societárias diferenciadas das atuais.

Os acampados estão cientes de que na sociedade atual existe muita diferença, discriminação, exploração e miséria. E ali no acampamento estão tendo uma experiência de liberdade, igualdade, união, e esta relação comunitária para eles, é o primeiro passo para a construção de uma Nova Sociedade.

Quando perguntamos o que significa para eles o Movimento dos Sem Terra muitos respondiam:

– "É o caminho para uma Nova Sociedade, igualitária, com formação de grupos coletivos onde se possa ter tudo em comum, onde o cidadão possa ter vez e voz".

– “Estou neste acampamento com a esperança de ter um pedaço de terra e construir uma Nova Sociedade, mais igualitária, sem exploração”.

6.4. Luta pela Autonomia – Liberdade

A luta pela autonomia pode ser vista sob dois aspectos:

A primeira é a autonomia individual, associada à liberdade que a maioria dos acampados procuram no Movimento dos Sem Terra – se livrar do patrão, da exploração. Anseiam pela liberdade de possuir seu pedacinho de terra onde possam plantar, colher, enfim, trabalhar da maneira como querem e não como o patrão manda;

A outra autonomia é a almejada pelo grupo como um todo, ou seja pelo Movimento em relação às instituições, Igreja, partidos, autoridades e políticos.

GOHN coloca a respeito disso:

“A autonomia nos Movimentos Populares não é algo dado, um estado de ser, mas algo a ser conquistado. Trata-se da busca, da conquista do novo, da luta contra o velho (os privilégios, a manifestação, a cooptação).

Ela se manifesta na criação de novas formas de ação, organização, consciência; é importante aos Movimentos Populares – porque uma vez conquistada – tornará os movimentos mais fortes e dinâmicos, os quais saberão resistir às investidas das classes dominantes no sentido de desarticulá-las.
73

Apesar de receberem apoio de algumas entidades, os acampados fazem questão de frisar que o Movimento dos Sem Terra é autônomo, que “caminha com suas próprias pernas” em depoimento como este:

“Não sei porque é que todo mundo pensa que quando os agricultores fazem alguma coisa, sempre tem que ter um padre, uma organização ou um intelectual por trás. Eles nos julgam incapazes, nos desconsideram completamente, não entendem que temos capacidade para caminhar com as próprias pernas”.

6.5. Deslegitimação do Estado

Os trabalhadores rurais Sem Terra vão aos poucos deslegitimando o poder do Estado, o Governo, deputados, dirigentes do INCRA, à medida que vão percebendo que os mesmos não possuem barganha para resolver o problema da Reforma Agrária na região do oeste catarinense, onde estão situados os acampamentos.

Depois de muitas reuniões com o Governador, com o INCRA, depois da falta de cumprimento de um acordo solenemente assinado e prometido, os agricultores perderam a pouca confiança que ainda depositavam no Estado.

JACOBI coloca a respeito disso:

“Em relação ao Estado, marcando as diferenças entre o poder central e o poder estadual, verificamos que, apesar das promessas feitas pelos governos de oposição de projetos

alternativos, apontando para a necessidade de incorporação de amplos segmentos da sociedade na democratização do Estado, muito pouco tem se concretizado”.

A participação passa a ter uma função apenas lubrificante ocorrendo de uma forma inorgânica e procurando atender uma dimensão puramente institucional e desconsiderando as formas de expressão da sociedade”. 74

Assim, os acampados tem claro que só conseguirão terra, mediante sua organização e exercendo pressão nos órgãos públicos competentes.

6.6. Luta pela Cidadania

“A formação dos Movimentos Sociais Latino Americanos se associa também com a formação da cidadania e a constituição da nossa luta por afirmar-se e consolidar-se”. 75

O Movimento dos Sem Terra tem claro que ao lado de sua luta específica pela terra está a luta mais ampla da conquista dos direitos, ou seja, a luta pela cidadania.

Apesar de não saberem muito bem o que significa o conceito de cidadania — ser cidadão para alguns Sem Terra é ser o homem da cidade, o granfino, o homem rico, que tem poder — os agricultores tem claro que eles possuem direitos e estes não são respeitados, bem como não lhes é permitida participação na política do Estado.

Os colonos possuem uma concepção do direito às necessidades básicas mais prementes como saúde, educação, alimentação, transporte e principalmente a terra.

Para eles, todos os agricultores Sem Terra deveriam ter direito à terra, para dela tirarem seu sustento e segundo eles, se tornariam cidadãos depois que ganhassem a terra.

6.7. Resistência Ativa não Violenta

Os índices de violência e assassinato no campo estão alarmantes e quase sempre vem acompanhados de estímulo político-institucionais. 76

Em face a esta política de violência, o Movimento dos Sem Terra se propôs a adotar outro tipo de estratégia: a resistência ativa não violenta, que pode ser comparada à desobediência civil:

“Em princípio, a desobediência civil pode ser definida como sendo a desobediência dos cidadãos em suas respectivas sociedades frente a certas condições consideradas injustas. É, acima de tudo, uma atitude de cidadãos possuidores de direitos e obrigações perante o Estado. Fundamenta-se no princípio da ação não violenta e visa a destruição da injustiça, da violência e da segregação bem como a defesa da vida a qualquer preço.” 77

Os integrantes do Movimento dos Sem Terra adotaram esta estratégia, em parte, porque é um movimento oriundo da Igreja. Portanto, um princípio cristão é não usar da violência para com o seu irmão, qualquer que seja o motivo ou proveniência.

Outro fato que pesou muito é que alguns políticos e autoridades formaram e espalharam um conceito sobre os acampados, chamando-os de ladrões, criminosos, dizendo que abriram todas as portas das cadeias do oeste, de onde saíram os Sem Terra.

Assim, para provar o contrário, que são pacíficos e ordeiros, os acampados tem como “questão de honra” não praticar nenhuma violência, por mínima que seja, para não prejudicar a fa-

ma do Movimento dos Sem Terra.

A principal característica do Movimento da resistência ativa não violenta, adotada pelos acampados é a pressão que se expressa das seguintes formas:

- ocupação de terras improdutivas, porém, como donos, que acarreta uma providência por parte das autoridades;
- ocupação de órgãos relacionados com a questão da terra, ex: INCRA. Ocupam uma sala e ali permanecem até obterem uma resposta ou solução para determinado problema;
- realização de pequenos acampamentos (ex: em frente ao INCRA, Prefeitura de Abelardo Luz ou catedral de Florianópolis) também até obterem resposta ou solução de acordos, etc.
- quando "jagunços" ou policiais chegam apontando armas com ordem de despejo, ordenando para que se retirem, as mulheres e crianças vão na frente como um "escudo" dos demais.

Para os acampados esta resistência ativa não violenta é muito importante. Colocam: "A fama dos Sem Terra tem que permanecer limpa, pois ainda temos muitas conquistas a alcançar".

6.8. Valorização do papel da mulher

"A opressão da mulher, que existiu em todos os sistemas sócio-econômicos, tem um caráter especial no Capitalismo. Este sistema dá às mulheres um papel na família e utiliza a família para reproduzir-se e manter-se como um sistema de dominação". 78

FERRO mostra a opressão da mulher em três aspectos:

No aspecto econômico, a mulher é dependente da economia masculina e o seu trabalho doméstico não tem nenhum valor econômico reconhecido. No campo ela é o suporte da economia popular (possue três jornadas de trabalho), porém sem ter o controle da produção. É geradora de riquezas e reprodutora da força de trabalho, pois no campo são necessários muitos braços.

No aspecto político a mulher também está marginalizada. É excluída de cargos diretrizes e não se leva em conta sua participação nas decisões. Não se oferece educação política à mulher, pois não é considerada sujeito político. A sua dupla ou tripla jornada de trabalho contribui para impedir a sua organização.

No aspecto ideológico-cultural, a mulher sofre toda a influência da ideologia burguesa, onde a mulher é considerada objeto, decoração, prazer...

As mulheres acampadas, participantes do Movimento Sem Terra do oeste catarinense, confessam que antes das ocupações, a vida delas era muito difícil, passavam sofrimento e exploração por parte dos patrões, e algumas dos maridos.

Porém, a maioria delas coloca que depois de acampadas, suas vidas mudaram: Os maridos estão sendo menos machões, reconhecendo seus valores, que a mulher tem o mesmo direito. Estão dando chance de elas participarem das reuniões e assembléias; alguns ficam cuidando das panelas no fogo e dos filhos enquanto elas saem.

Colocam que, através da experiência de participação em comissões, assembléias, adquiriram maior conscientização da importância e significado desta luta que é conseguir terra.

Algumas que eram tímidas, nunca falavam, conseguiram se soltar e agora ocupam lideranças de destaque.

Com o desenrolar dos acontecimentos, foi aparecendo a força e a coragem das mulheres que enfrentam as barreiras, foram de encontro aos jagunços e soldados como verdadeiro "escudo" dos demais acampados.

Dois depoimentos (entre os muitos que escutamos) ilustraram esta constatação. O primeiro de um homem e o segundo de uma mulher:

"Eu acho que se a gente conseguiu alguma vitória foi graças a participação de toda a família, principalmente da mulher. Quando ela quer entrar para a luta, quando ela quer desenvolver isso, tem mais capacidade que o homem. Uma coisa que estou vendo aqui nos acampamentos é que as mulheres estão segurando a barra da família. O marido por ele, já teria ido embora, mas elas bateram o pé e disseram: não, agora que nós já sofremos até aqui, vamos ficar firmes, se quiser pode ir embora, que nós vamos ficar".

"É um papel muito importante assumir junto porque não é uma conquista só dos homens. Aqui no acampamento estamos descobrindo o valor que a mulher tem. Se não fosse as mulheres e as crianças não teríamos nem entrada nos acampamentos, nem iniciado a nossa luta. As mulheres ainda estão muito marginalizadas na família e na sociedade. Elas ainda não chegaram onde deviam chegar".

6.9. A fé como suporte para enfrentar a luta

Todos os acampados entrevistados colocam que a fé foi o principal motivo de eles aguentarem a luta: se não fosse a fé, eles já teriam desistido.

A fé aqui, simboliza a esperança, segurança, certeza de que Deus vai atender seus pedidos.

A fé dos acampados não é mais aquela fé ingênua. Todos sabem que não basta ficar sentado esperando que Deus vai resolver todos os seus problemas. Eles sabem que é preciso lutar, se organizar, se unir para conseguir o que tanto esperam, que é a terra.

E desta união fazem parte as celebrações. No início das ocupações elas eram mais frequentes. Vinham padres, freiras, irmãs religiosas para participar das mesmas, para animá-los falando palavras encorajadoras.

Todos os acampados participavam das celebrações. Elas faziam parte do dia-a-dia. Todas as tardes, antes de escurecer, os Sem Terra se reuniam numa clareira onde estava improvisado o altar. Uma grande cruz de madeira e uma imagem de Nossa Senhora. Ali, todos cantavam e liam trechos da Bíblia condizentes com a realidade.

As celebrações significavam para os acampados nova força, esperança, confiança de que iam receber a terra logo, ao mesmo tempo em que simbolizava a união: todos juntos ali reunidos, como irmãos, passando pelo mesmo problema, partilhando as dificuldades. Era ali o ponto de encontro, onde todos se animavam mutuamente e onde ficavam sabendo quem estava precisando de ajuda, em relação aos filhos ou ao barraco.

A grande cruz de madeira passou a ser o símbolo dos Sem Terra — símbolo de luta e de vida, e cada vez que morria alguém nos acampamentos amarravam um pano branco na cruz e aquela pessoa era considerada mais um "mártir da caminhada".

As celebrações sempre foram feitas adequadas à realidade dos acampados, com leituras, cantos e encenações que dizem respeito à terra, e isto os animava conforme podemos ver nos depoimentos:

"As celebrações foram muito interessantes e importantes. Eu nunca tinha visto uma celebração assim antes, fora do acampamento, onde se fala de Reforma Agrária que é o nosso assunto aqui da luta".

"A gente percebe nas celebrações a fé das pessoas; as celebrações são participativas e adequadas à nossa realidade. Na hora do ofertório oferecem terra, a cruz da caminhada, neve no dia em que caiu, ferramentas, etc".

Com o passar do tempo as celebrações foram diminuindo e passaram a ser feitas somen-

te aos finais de semana. A presença dos padres e religiosas também diminuiu. Alguns atribuíram o fato ao longo tempo de espera (2 anos) e outros colocaram que as lideranças estão sempre fora para reuniões e contatos. Atualmente as celebrações são feitas pela comissão de liturgia quando não há sacerdotes.

7. OS MEDIADORES EM RELAÇÃO AO MOVIMENTO DOS SEM TERRA

7.1. A Igreja

A partir da década de 70 surge no Brasil um novo grupo hegemônico que pode ser chamado "Igreja do Povo" e é respaldado pela Teologia da Libertação.⁷⁹

BOFF coloca que esta Igreja superou em grande parte uma relação paternalista para com o pobre, lhe proporcionando espaço para canalizar a forma social e eclesial que possuem.

Coloca também que a Igreja do Povo é uma Igreja que luta pela libertação. O que o povo e os pobres mais almejam é superar a pobreza que os impede de viver; percebem que a pobreza é uma injustiça social e que contradiz o projeto de Deus. Para a Igreja Popular, se tornou uma evidência, que a libertação integral querida por Deus passa pela comunhão de bens. (conf. At. 2,44 e 4, 32 - 34); importa superar tanto a pobreza quanto a riqueza na direção das relações justas e fraternas.

Os acampados do oeste catarinense se identificam com esta Igreja Popular, pois lutam por justiça e liberdade e praticam a solidariedade e partilha dos bens.

Concordam que a Igreja sempre apoiou o Movimento dos Sem Terra; muitos o conheceram através da Igreja. Identificam o ponto de apoio através dos padres, irmãs religiosas e do bispo de Chapecó, D. José Gomes.

Fazem distinção dentro da Igreja entre os que apoiam e os que não apoiam; "padres pelegos e não pelegos". Todos percebem que o bispo D. José Gomes está do lado deles, apoiando e correndo risco de vida, sendo ameaçado.

Alguns colocam que os padres e irmãs ajudaram a conscientizar os acampados e a esclarecer muitas questões importantes, o que não deixa de ser uma influência do pensamento de certa ala da Igreja sobre os Sem Terra.

"Não se pode negar que a Igreja é um poder. Mesmo quando vai morar no meio do povo a Igreja exerce poder. Não é um poder coercitivo, mas sim um poder que significa capacidade de influência, de persuasão: Ela passa a conscientizar as pessoas a seu modo, a explicar os termos e fatos dentro do seu modo de ver as coisas".⁸⁰

Mas apesar de exercer esta influência, a Igreja está propiciando algo de novo junto a este tipo de trabalho.

Ela funciona como o elemento impulsionador de uma maior participação e organização das camadas populares; gente simples, trabalhadora, analfabeta, começa a partilhar o poder local, começa a ter acesso a um nível de poder que antes era absolutamente fechado. A comissão de reza por exemplo faz o papel do padre quando ele não está presente.

Os membros da Igreja do oeste catarinense que acompanham mais de perto o Movimento dos Sem Terra procuraram respeitar sua autonomia.

Os Sem Terra consideram por sua vez importante este apoio, porém também querem ser respeitados como vemos neste depoimento:

"Não sei porque, toda vez que a gente faz alguma coisa, todo mundo pensa que tem um padre por trás. Achem que não somos capazes de andar com nossas próprias pernas".

Recentemente uma nova questão começou a ser debatida entre a Igreja e o Movimento dos Sem Terra. A questão diz respeito a uma crise de relacionamento que estariam experimentando a Igreja e o Movimento Popular.

“Os problemas surgem de ambos os lados: a Igreja enfrenta dificuldade para assimilar uma nova conjuntura de luta popular, com os movimentos avançando politicamente e adquirindo maior autonomia. As lideranças populares confundindo autonomia com afastamento da Igreja, de suas atividades e celebrações, ocorrendo o risco de isolamento.”⁸¹

É necessário que haja um esforço conjunto e uma avaliação constante para que a Igreja possa continuar apoiando o Movimento Popular sem inibir o crescimento político das lideranças e os trabalhadores Sem Terra evitem o isolamento, se constituindo em uma força organizada para enfrentar os latifundiários, ou outras forças que queiram reprimí-los.

7.2. Comissão Pastoral da Terra – CPT

Junto ao Movimento dos Sem Terra do oeste catarinense, a CPT atuou como mediadora política e no desenvolvimento da organização interna dos grupos.

Por ocasião das ocupações, quando houve intervenção da justiça e da polícia, a CPT intensificou sua atuação permanecendo ao lado dos acampados, apoiando-os e defendendo seus direitos.

A CPT também interveio na metodologia de trabalho dos acampados no início das ocupações, incentivando a formação de grupos, comissões e realização de assembléias para encaminhar as propostas.

Quando indagados sobre CPT, a maioria dos acampados não sabe o significado da sigla CPT nem conhecem a instituição, mas sabem que os líderes do Movimento dos Sem Terra pertencem à CPT.

Com relação à autonomia muitos questionamentos já foram levantados por pessoas de fora: “A organização é dos próprios Sem Terra ou é uma “frente” da pastoral da terra.”

Ivo Poletto, assessor da CPT coloca que o ponto de partida deve ser este:

“A Pastoral assumiu, estimulou e apoiou todos os passos de organização dos Sem Terra. E os apóia até hoje, na forma de movimento. Convicta de que a conquista da terra só se efetuará e só será construtiva se realizada pelos trabalhadores Sem Terra com respaldo dos demais oprimidos, ela coloca tudo o que pode, a sua disposição comprometendo-se na luta”.⁸²

Desta forma, o papel dos agentes da CPT necessita de uma reavaliação constantes de suas práticas para que a verdadeira função da instituição possa ser desempenhada, que é “ajudar o povo a caminhar com as próprias pernas, ele próprio se organizando e decidindo”.⁸³

7.3. Partidos Políticos

Pode-se dizer que o Movimento dos Sem Terra faz parte da chamada Pastoral Popular.⁸⁴ A Pastoral Popular foi praticamente o único espaço político de articulação das forças populares no período de fechamento político no Brasil, as forças populares encontraram na Igreja um

Recentemente uma nova questão começou a ser debatida entre a Igreja e o Movimento dos Sem Terra. A questão diz respeito a uma crise de relacionamento que estariam experimentando a Igreja e o Movimento Popular.

“Os problemas surgem de ambos os lados: a Igreja enfrenta dificuldade para assimilar uma nova conjuntura de luta popular, com os movimentos avançando politicamente e adquirindo maior autonomia. As lideranças populares confundindo autonomia com afastamento da Igreja, de suas atividades e celebrações, ocorrendo o risco de isolamento.”⁸¹

É necessário que haja um esforço conjunto e uma avaliação constante para que a Igreja possa continuar apoiando o Movimento Popular sem inibir o crescimento político das lideranças e os trabalhadores Sem Terra evitem o isolamento, se constituindo em uma força organizada para enfrentar os latifundiários, ou outras forças que queiram reprimí-los.

7.2. Comissão Pastoral da Terra – CPT

Junto ao Movimento dos Sem Terra do oeste catarinense, a CPT atuou como mediadora política e no desenvolvimento da organização interna dos grupos.

Por ocasião das ocupações, quando houve intervenção da justiça e da polícia, a CPT intensificou sua atuação permanecendo ao lado dos acampados, apoiando-os e defendendo seus direitos.

A CPT também interveio na metodologia de trabalho dos acampados no início das ocupações, incentivando a formação de grupos, comissões e realização de assembléias para encaminhar as propostas.

Quando indagados sobre CPT, a maioria dos acampados não sabe o significado da sigla CPT nem conhecem a instituição, mas sabem que os líderes do Movimento dos Sem Terra pertencem à CPT.

Com relação à autonomia muitos questionamentos já foram levantados por pessoas de fora: “A organização é dos próprios Sem Terra ou é uma “frente” da pastoral da terra.”

Ivo Poletto, assessor da CPT coloca que o ponto de partida deve ser este:

“A Pastoral assumiu, estimulou e apoiou todos os passos de organização dos Sem Terra. E os apóia até hoje, na forma de movimento. Convicta de que a conquista da terra só se efetuará e só será construtiva se realizada pelos trabalhadores Sem Terra com respaldo dos demais oprimidos, ela coloca tudo o que pode, a sua disposição comprometendo-se na luta”.⁸²

Desta forma, o papel dos agentes da CPT necessita de uma reavaliação constantes de suas práticas para que a verdadeira função da instituição possa ser desempenhada, que é “ajudar o povo a caminhar com as próprias pernas, ele próprio se organizando e decidindo”.⁸³

7.3. Partidos Políticos

Pode-se dizer que o Movimento dos Sem Terra faz parte da chamada Pastoral Popular.⁸⁴ A Pastoral Popular foi praticamente o único espaço político de articulação das forças populares no período de fechamento político no Brasil, as forças populares encontraram na Igreja um

espaço de discussão, de prática democrática, bem como apoio e abrigo de diversas lutas.

Assim, "foi se formando uma nova prática política, a partir da pastoral popular caracterizada pela participação real das bases populares que discutem, analisam, decidem, planejam e executam ações a partir de esquemas pré elaborados externamente." 85

Com a abertura e conseqüente formação de novos partidos a Pastoral Popular continuou sendo o "esteio" para formação e organização de grupos.

A partir de 1979, observa-se um fenômeno interessante: milhares de pessoas da Pastoral Popular se engajam na política partidária, sem ter tido experiência partidária anterior nem interesses por política. Sua principal motivação era religiosa: "Foram entendendo que Deus não quer a miséria e viram que tinham que lutar contra a miséria de várias formas". 86

D. Pedro Casaldáliga também colocou:

"Uma opção cristã séria leva também à conseqüências político partidárias. A política ainda se desenvolve principalmente através dos partidos. O cristão consciente e engajado age politicamente e também partidariamente". 87

Em pesquisa realizada junto aos membros da Pastoral Popular, GALLETA, (1986), constatou preferência por dois partidos: a grande maioria optou pelo PT enquanto que alguns optaram pelo PMDB.

No Movimento dos Sem Terra também constata-se que a grande maioria das lideranças estão no PT e colocam como causa o fato de ele ser um partido construído "de baixo para cima", o único que é formado por trabalhadores e respeita os trabalhadores.

Não se pode negar a influência que os líderes do Movimento estão exercendo sobre os demais acampados. O único partido mencionado e muitas vezes com ênfase é o PT.

Pode se ver ao longo dos acampamentos, inscrições do PT em barracos, mesas, árvores, bem como bandeiras, cartazes e material de propaganda.

Nos encontros, manifestações, comemorações, quando ocorre "tribuna livre" são gritadas palavras de ordem: "Partido, partido, é dos Trabalhadores!". E o símbolo do PT também marca presença ali, como bandeiras, broches, emblemas e cartazes.

Nas eleições de 1986, Santa Catarina teve vários candidatos do PT representantes dos agricultores, que receberam apoio do Movimento dos Sem Terra.

Um dos pontos a serem revistos pelo PT é a sua metodologia. O trabalhador comum não tem chance de participar efetivamente. A política continua sendo assunto de poucos entendidos, com linguagem teórica e muito difícil.

Outra questão problemática no PT são os "grupelhos" ou "tendências" radicais que se formam em seu interior e prejudicam a proposta do partido. Os grupos se fecham e se isolam, ao invés de se unir em torno do mesmo objetivo proposto.

No oeste catarinense o PT é formado na sua grande maioria por trabalhadores rurais, quase todos ligados à Pastoral da Terra.

Entre as lideranças dos Sem Terra também já se observa uma divisão: Um grupo seguindo uma linha de "ideologia Pastoral" e outro uma linha mais vanguardista revolucionária, de ideologia marxista, cada qual querendo dar um rumo ao movimento.

A respeito disto GALLETA coloca:

"O processo de superação da ideologia pastoral deve ser ao mesmo tempo, o processo de conhecer o marxismo porém numa atitude ativa, visando a superação de suas deficiências, particularmente o chamado "marxismo-leninismo". 88

Clodovis BOFF também coloca: "A síntese cristianismo – marxismo tem tudo para ser o grande desafio histórico-cultural do segundo milênio. Porém é necessário um estudo sério do marxismo, feito com espírito crítico para que sua contribuição para o trabalho pastoral possa ser resgatada e vice-versa". 89

7.4. Sindicatos

Os Sindicatos Rurais foram criados na década de 60 e tiveram grande estímulo com o surgimento do FUNRURAL. Porém, após o golpe de 64 passaram a ter mero caráter assistencialista.

A partir de 1978, o Sindicato dos metalúrgicos lidera uma nova corrente sindical conhecida como "Novo Sindicalismo" ou "Sindicalismo Autêntico" que vai influenciar inúmeros sindicatos tanto na cidade como no campo.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Oeste (SC) coloca: "O Movimento Sindical Combativo se preocupa com um sindicato onde o trabalhador realmente tenha participação. Para isso, estamos criando e organizando sindicatos a partir das bases, de baixo para cima (...) Uma grande luta que estamos levando junto com a CUT é a aprovação da Convenção de 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que prevê uma nova estrutura sindical, livre e autônoma." 90

Os Sem Terra do oeste catarinense na grande maioria já fazem parte destes sindicatos combativos. Também estão ligados à CUT e estão fazendo uma articulação entre 150 sindicatos do sul do país com a finalidade de impor uma alternativa aos sindicatos pelegos desta região.

Os membros do Movimento dos Sem Terra colocaram que o Movimento surgiu justamente por falta de atuação do sindicato pelego.

Uma grande novidade que está ocorrendo em Santa Catarina é a sindicalização da mulher agricultora. Em Santa Catarina, através do Movimento de Mulheres Agricultoras, elas conseguiram efetivar a sindicalização da mulher, em assembléia ocorrida no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, no dia 14 de novembro de 1984. Foi aprovada a mensalidade do casal onde cada um pagará 50%.

Este depoimento de um sindicalista ilustra a importância da sindicalização da mulher:

"O sindicato está dando apoio muito grande ao Movimento das Mulheres Agricultoras, acompanhando toda a organização, fazendo reuniões e tratando do assunto com as delegacias sindicais, para que os homens tomem consciência da importância da mulher participar. Com a sindicalização da mulher, o sindicato terá força dobrada. O Movimento das Mulheres luta também pela aposentadoria e pelo reconhecimento da mulher agricultora como 'trabalhadora rural' e não do 'lar'. 91

8. ASSENTAMENTOS – A IIª ETAPA DO PROCESSO

8.1. O Plano Regional de Reforma Agrária (PNRA) de Santa Catarina

O decreto que declara a área rural do Estado de Santa Catarina como zona prioritária para efeito de execução e administração da Reforma Agrária, foi assinado pelo Presidente José Sarney no dia 19 de maio de 1986.

O processo de Reforma Agrária em Santa Catarina porém, já foi deflagrado emergencialmente a partir de setembro de 1985 com a declaração de interesse social para fins de desapropriação de 11 imóveis rurais, antes mesmo da aprovação do Iº Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, pelo decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985.

"Esta decisão governamental de antecipar a Reforma Agrária em Santa Catarina teve como causa principal o estado de tensão social que se estabeleceu na região do oeste catarinense, materializado por ações organizadas de ocupação de Fazendas improdutivas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a formação de acampamentos reunindo cerca de 2000 famílias". 92

Depois da assinatura do Plano Nacional de Reforma Agrária, o primeiro passo para implantar a Reforma Agrária no Estado foi a formação da Comissão Agrária (Estadual) prevista pelo Estatuto da Terra, e os Conselhos Agrários Municipais com a finalidade de assessorar a primeira.

Em Santa Catarina, até o final de 1986 foram desapropriados 22 imóveis em 11 municípios somente para assentar os acampados do Movimento dos Sem Terra, conf. Tabela I a seguir.

TABELA I

IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA AS FAMÍLIAS SEM TERRA
ACAMPADAS NO OESTE CATARINENSE

| MUNICÍPIO | IMÓVEL | Nº DE FAMÍLIAS | ÁREAS HA |
|---------------------|---------------------|----------------|----------|
| São Miguel do Oeste | Entre Rios | 70 | 1.030 ha |
| | Jacutinga | 30 | 388 ha |
| | Rabo de Galo | 32 | 405 ha |
| São José do Cedro | Lageado Grande | 60 | 1.299 ha |
| | Barra escondida | 30 | 490 ha |
| Anchieta | Sanga Azul | 13 | 215 ha |
| | Aparecida | 17 | 280 ha |
| Abelardo Luz | Sandra | 58 | 1.039 ha |
| | Santa Rosa I | 80 | 1.241 ha |
| | Santa Rosa II | | 1.128 ha |
| | Papuan I | 27 | 362 ha |
| | Papuan II | 60 | 969 ha |
| | Capão Grande | 75 | 1.285 ha |
| Ponte Serrada | Derrubada | 30 | 601 ha |
| Matos Costa | Putinga | 170 | 4.412 ha |
| Lebon Régis | Rio Timbó | 45 | 712 ha |
| Friburgo | Faxinal dos Dom. I | 32 | 516 ha |
| | Faxinal dos Dom. II | 40 | 900 ha |
| | Rio Mansinho | 10 | 242 ha |
| Itaiópolis | Parolim | 190 | 5.536 ha |
| Irani | Fazenda Velha | 20 | 515 ha |
| Chapecó | Fazenda Zandavali | 33 | 412 ha |

FONTE: Secretaria do Movimento dos Sem Terra - Chapecó - SC

Estes imóveis estão desapropriados oficialmente, isto é, para cada imóvel existe um processo elaborado pelo INCRA que é enviado a Brasília para ser assinado pelo Presidente. Assinado o decreto de desapropriação, o INCRA se torna proprietário e efetua a "Emissão de Posse" para os Sem Terra. Uma vez emitida a posse pode ser iniciado o assentamento do referido imóvel.

Nem todas as desapropriações ocorreram pacificamente. Muitos proprietários reagiram contra, pois não querem vender compulsoriamente um bem de valor.

O proprietário da Fazenda Capão Grande, por exemplo, entrou três vezes na justiça, e até junho de 1987, os assentados esperavam uma definição.

Depois de assentadas, as famílias recebem "Concessão de Uso" até completarem 10 anos de assentamento, para depois receber o título definido.

8.2. Assentamento — A dura realidade

O INCRA, tendo em mãos o cadastro das famílias acampadas no oeste catarinense, elaborou os seguintes critérios de pontuação para os assentados:

- estado civil;
- nº de filhos e idade;
- força de trabalho (nº filhos em idade de trabalhar);
- se já pertenceu a sindicato ou entidade afim;
- faixa etária;
- tradição de agricultor;
- produção ou pecuarista;
- não ter tido terra;
- não ter passagem pela polícia.

O Movimento dos Sem Terra porém, tinha elaborado outros critérios para o assentamento, ou seja, era o de assentamento em grupos que já estavam organizados nos acampamentos e que ao longo dos quase dois anos de espera já vinham se reunindo, discutindo e combinando como e o que iriam plantar na terra.

Estes grupos eram diversificados. Em cada um havia lideranças e eram mesclados de agricultores com mais idade, menos idade; mais experiência com terra (arrendatários) e menos experiência (peões); pessoas que tinham vindo de uma mesma comunidade (município), conhecidos, parentes e amigos.

O Movimento também tinha definido que os filhos maiores de 18 anos também tem direito à terra, que permanecessem no mesmo grupo com os pais para morar perto e poder ajudá-los. Porém, os critérios do Movimento não foram levados em consideração nos primeiros assentamentos, causando uma série de problemas.

Mais tarde, depois de uma avaliação conjunta do INCRA com o Movimento dos Sem Terra, e com a opinião de um técnico de Brasília, os assentamentos passaram a ser efetuados seguindo o critério do Movimento.

De um modo geral, as principais dificuldades nos assentamentos são:

- falta de atendimento às doenças;
- alimentação irregular e insuficiente. O salário de Cz\$ 800 que recebiam no início não é mais repassado;
- falta de escolas em funcionamento na área (principalmente de 2º grau). Distâncias muito grande de tudo ou dos centros mais próximos;
- demora e atraso na demarcação dos lotes, sem o qual não podem começar a plantar;
- estado deplorável das estradas de acesso, que quando chove ficam intransitáveis;
- grandes dificuldades para o plantio. Terra muito acidentada, ácida ou arenosa

- problemas com a extração da madeira dos locais de assentamento, pois é valor econômico maior do que a terra.

O assentamento que tem apresentado mais problemas é o de Itaiópolis (Fazenda Parolim): Na Fazenda Parolim existem cerca de 400 nascentes, a maioria do Rio Itajaí-Açú. Isto está provocando reações nos grupos ecológicos que querem transformar a área em Reserva Florestal.

Pela análise da EMPASC, somente 30% das terras da Fazenda são agriculturáveis, portanto só comporta 40 a 50 famílias, e no momento 190 famílias estão acampadas em cima da área aguardando demarcação dos lotes.

A Fazenda Parolim é o imóvel mais distante da terra natal dos assentados (400 km de Chapecó). Não podem visitar os parentes nem receber visitas o que contribui para aumentar o desânimo. Além disso os costumes locais também são diferentes, o que exige todo um processo de aculturação.

Entre os demais assentamentos alguns apresentam progresso. Todos eles já possuem ou estão formando associações, que é uma organização jurídica para repassar recursos econômicos e viabilizar melhor os assentamentos.

Alguns agrônomos estão acompanhando os assentamentos e orientando na formação das associações.

Em quase todos os assentamentos os próprios agricultores estão construindo a sede da Agrovila que ficará sempre onde se situa a escola, capela, sede da associação e mercado. Também um centro social é aspiração de todos.

As escolas por enquanto funcionam de forma precária: construídas de madeira pelos próprios assentados, o local serve ao mesmo tempo de capela e realização de encontros e reuniões.

Quem leciona são os professores do próprio Movimento. Existem muitos assentados que foram professores antes das ocupações e está sendo muito importante para eles pois estão sendo reconhecidos e valorizados.

Em alguns assentamentos os agricultores trabalham coletivamente: são famílias que moram bem próximas, trabalham a terra e criam animas dividindo as tarefas entre si. Tem dado resultado positivo.

Quanto aos latifundiários, também estão se organizando pois sabem que o Movimento dos Sem Terra não parou com os assentamentos. Em várias cidades do Estado estão criando a UDR — União Democrática Ruralista — e fazem ameaças aos pequenos proprietários dizendo que vão perder suas terras se não se aliarem a eles.

Se os fazendeiros se preocupam de tal forma é sinal que os agricultores estão bem organizados. É sinal que o Movimento dos Sem Terra está forte, alcançando seus objetivos e representa uma ameaça para eles.

Foi realizado em Cascavel no Paraná, o 11º Encontro Nacional dos Assentados de 07 a 10 de abril de 1986, onde aprovaram um documento público que foi entregue ao Ministro da Reforma Agrária.

Apesar das dificuldades que já passaram, os assentados, com os quais conversamos, dizem que valeu a pena toda a luta e sofrimento e não se arrependem de ter entrado no Movimento.

Um depoimento para ilustrar:

“Me sinto muito bem. Hoje conheço os direitos que nós temos. Vivia sempre esmagado. Antes só tinha direito à vida. Agora sei que também tenho direito de viver dignamente”.

9. CONCLUSÃO

O Movimento dos Sem Terra está sendo visto pela maioria dos agricultores que dele fazem parte, como sinônimo e projeto de uma Nova Sociedade.

Durante muito tempo o homem do campo foi considerado resignado, submisso, humilde e ignorante.

Participando do Movimento dos Sem Terra ele descobre espaços nos quais é reconhecido, aceito, valorizado e respeitado. Passa a se sentir sujeito de sua própria história e vai descobrindo seus direitos, lutando pela cidadania.

O papel da mulher também passou a ser valorizado no Movimento.

Para os participantes do Movimento Sem Terra, conquistar a terra para dela tirar o seu sustento é o principal objetivo da luta e sofrimento pela qual estão passando.

Eles tem claro porém, que a incorporação da cidadania plena passa por uma Reforma Agrária ampla, que vai além da mera distribuição da terra, e sua participação econômico-social dependerá do tipo de Reforma Agrária a ser implantada no país.

O jogo de forças favorável ao grande proprietário é muito mais forte na Nova República. Os grandes donos de terras estão presentes na constituinte, pressionando a favor de seus interesses: em suma, a Reforma Agrária no país tem deixado transparecer o jogo do poder.

O surgimento da UDR se apresenta hoje como um grande contra-movimento. Se apresenta como um "opositor de classe disfarçado em protetor da propriedade rural" pois vai ao encontro de pequenos proprietários tentando convencê-los de que a Reforma Agrária será feita nas suas terras. Coloca os pequenos proprietários frontalmente contra a Reforma Agrária e contra os Sem Terra, que com isso passam a somar forças para sua entidade em defesa de seus interesses.

Neste contexto, nos perguntamos: Ainda há chances de conseguir alguma mudança?

É cada vez mais explícito que num país como o nosso, marcado pela tradição de prepotência latifundiária, as mudanças sociais no campo vão depender dos setores nelas interessados, vão depender da união e força política do Movimento Popular articulado.

O Movimento dos Sem Terra tem se projetado a nível nacional e recebe adesão de um número cada vez mais significativo de agricultores.

O seu êxito como Movimento organizado e suas vitórias alcançadas tem causado temor aos grandes proprietários.

A participação dos agricultores nos Movimento dos Sem Terra não se extingue quando recebem a terra, ou com os assentamentos. O Movimento continua apoiando e assessorando também os assentamentos nas suas reivindicações mais amplas como infra-estrutura, assistência à saúde, educação, etc.

O papel dos mediadores (Igreja, CPT, Partidos e Sindicatos) é muito importante neste processo. Eles possuem a difícil tarefa de apoiar e assessorar o Movimento sem tirar a autonomia.

São veículos de integração, participação, informação e aprendizagem para os agricultores, e somam forças diante de qualquer repressão ao Movimento.

Os trabalhadores rurais, por sua vez, se colocando receptivos para esta integração com os mediadores, estarão facilitando a articulação entre os Movimentos Sociais para que juntos possam vir a constituir a força política capaz de efetuar mudanças na sociedade.

10. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

01. DE LA CRUZ, Rafael. Movimentos Sociais. Encontros e Desencontros com a democracia. In: SCHERER—WARREN, I & KRISCHKE, P. (org.) *Uma revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 89—95.
02. CARDOSO, Ruth C.L. Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, 1(3): 31, fev. 1987.
03. DOIMO, Ana Maria et alii. *Os Movimentos Sociais, Teoria e Prática*. São Paulo, ANPOCS, 1985, p.8. (Mimeo).
04. Sobre o assunto ver "Seminário sobre Democracia e Movimento Popular. Lima, DESCO, 1981.
05. LEFFORT, Claude. *A invenção democrática. Os limites do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 57.
06. DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (10): 29, out. 1984.
07. EVERS, Tilman. Identidade, a face oculta dos Novos Movimentos Sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2(4): 12, abril 1984.
08. DURHAM, Eunice, op. cit. p. 28.
09. Ibidem, p. 28.
10. EVERS, Tilman. op. cit. p. 12.
11. Sobre o conceito de reducionismo ver:
NUN, José. O outro reducionismo. *Revista Ensaios. Marx hoje* São Paulo, 5(11/12): 231, 1983. Edição Especial.
12. LACLAU, Ernesto. *Democracia e Luta Socialista na América Latina. A Questão da Democracia*. São Paulo & Rio de Janeiro, CEDEC & Paz e Terra, 1980. 132 p.
13. LANDÍ, O. Sobre Languages, Identidades Y cidadanias políticas. In. LECHNER, N. (org) *Estado Y Política en América Latina*. México, Siglo XXI, 1981, p.197.
14. SCHERER—WARREN, Ilse. O Cáriter dos Novos Movimentos Sociais. In SCHERER—WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org) op. cit. p. 38.
15. CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo, Cultrix, 1986.
16. Ibidem, p. 31.
17. LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, nº 02 out/1986, p.41.

18. *Ibidem*, p.47.
19. GUTIERREZ, Fernando Calderon. Os Movimentos Sociais frente à crise. In: SCHERER—WARREN, I. & KRISCHKE, P.(org.) op. cit. p. 191.
20. *Ibidem*, p. 213.
21. VIOLA, E.J. & MAINWARING, S. Novos Movimentos Sociais. Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina In: SCHERER—WARREN, I. & KRISCHKE, P(org.) op. cit. p. 109.
22. Sobre Conselhos comunitários ver: **Conselhos Comunitários**. Decreto nº 2840 de 16 de junho de 1977. Diário oficial do Estado de Santa Catarina. Fpolis. 28/jun.1977.
23. VIOLA, E.J. & MAINWARING, S. op. cit. p. 109.
24. SCHERER—WARREN, Ilse & REIS, Maria José. As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um Movimento Social. **Boletim de Ciências Sociais**, Florianópolis, UFSC, abr/maio/junho/1986, p. 28.
25. Sobre o conceito de Igreja Popular ver:
BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo; Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo**. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 116.
26. Sobre Comunidades Eclesiais de Base ver:
Ibidem, p. 93
27. Sobre a Cultura do Silêncio ver:
FREIRE, Paulo. Cultural action for freedom. Middlesex, Penguin Books, 1972, Apud. SCHERER—WARREN, I. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In SCHERER—WARREN, I. & KRISCHEKE P.(org.) op. cit. p. 49.
28. SCHERER-WARREN, I. O caráter dos Novos Movimentos. op. cit. p. 40.
29. LACLAU, Ernesto. op. cit. p. 47.
30. KIRSKE, Paulo. Movimentos Sociais e transações políticas, contribuições do desenvolvimento de base. In. ref.1, p. 277.
31. DOIMO, Ana Maria et alii. op. cit. p. 24.
32. LANNI, Octávio. Revoluções camponesas na América Latina. In. SANTOS, José V.T.(org). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo, Icone, 1985, p.15.
33. MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 152.
34. GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Novos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, Vozes; FASE, 1987, p. 46.

35. Sobre o assunto ver:
GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos no sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo, Loyola, 1985, p.250 e SILVA, César A.F. Santa Catarina, Reforma Agrária nela. *Boletim da Associação Brasileira da Reforma Agrária – ABRA*, Campinas, SP, 12(6): 37. nov/dez 1982.
36. Sobre o assunto ver:
SERRÃO, Ubiratan M. et alii. Peste suína. *Boletim de Defesa Sanitária Animal*. Brasília, Ministério da Agricultura. Edição Especial, p.22–35.
37. Sobre o assunto ver:
PAULILO, Maria Ignês. *A Integração no Sul do Estado de Santa Catarina*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo. 1987, p. 7 – 14.
38. Sobre o assunto ver:
SCHERER–WARREN, Ilse. O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Sul do Brasil. Florianópolis, 1985, p. 10 (Mimeo).
39. Sobre o assunto ver:
SCHERER–WARREN, Ilse & REIS, M.J. As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um Movimento Social. *Boletim de Ciências Sociais Florianópolis*, UFSC, abr/maio/jun/1986.
40. Sobre o assunto ver:
SCHERER–WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER–WARREN, Ilse & KRISCKE, P. (org.) op. cit. p.44 e ALMEIDA, M. Hermínia T. Sindicalismo Brasileiro, entre a conservação e a mudança. IN: SORJ.B. & ALMEIDA, M.H.T. *Sociedade Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983 p. 192.
41. Sobre esta desterritorialização ver:
SCHERER–WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. IN: SCHERER–WARREN, Ilse & KRISCKE, P. (org) op. cit.p. 39.
42. MARTINS, José de Souza. *A Militarização da questão Agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.88.
43. D'INCAO, Maria Conceição. *A questão do bôia-fria*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 80.
44. MARTINS, José de Souza, op. cit.p.90.
45. Ibidem, p.98.
46. GRZYBOWSKI, Cândido. op. cit. p. 47.
47. Ibidem, p. 25.
48. SCHERER–WARREN, Ilse & REIS, M.J., op. cit.p.29.
49. GRZYBOWSKI, Cândido op. cit. p. 30.

50. SCHERER—WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. IN: SCHERER—WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org) op. cit. p. 58.
51. SILVA, José Graziano. Reforma Agrária, Já? In LEAL, Laurindo (org.). **Reforma Agrária na Nova República. Contradições e Alternativas.** São Paulo, Cortez, 1985, p. 59.
52. Ibidem, p. 61
53. Conf. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. 1983.
54. LUCAS, José.S.O.S. **Homem do Campo.** São Paulo, Kairós, 1984, p. 20.
55. Ibidem, p. 33.
56. Ibidem, p. 36.
57. BUENO, Ricardo. **Por que faltam alimentos no Brasil? Reforma Agrária, Já!** Petrópolis, Vozes, 1985, p. 14.
58. LAGOA, Ana. Como se faz para viver com um salário mínimo? Apud BUENO, Ricardo. op. cit. p. 44.
59. BUENO, Ricardo. op. cit. p. 64—5.
60. MINC, Carlos. **A conquista da terra. Lutas no Campo e a Reforma Agrária.** Rio de Janeiro, J. Zahar, 1985, p. 52.
61. POZZBON, Dornelles Antoninho. **Aspectos da Estrutura Fundiária de Santa Catarina.** Mimeo. Florianópolis. INCRA, 1986, p. 2.
62. Sobre o assunto ver:
PAULILO, Maria Ignês. **A Integração no sul do Estado de Santa Catarina.** Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo. 1987, p.7—14.
63. POZZBON, Dornelles A. op. cit. p. 1.
64. SILVA, Cezar Freisleben. Reforma Agrária, um imperativo para Santa Catarina. **O ESTADO Suplemento Agrícola.** 05/nov. 1982.p.6.
65. Depoimento obtido em entrevista com o assessor do INCRA de Chapecó A. S. em 27/nov. 1985.
66. Agenda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — 1987, Executiva do Movimento, São Paulo. sem páginas.
67. Ibidem.

68. *Ibidem*
69. DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais. A construção da cidadania. **Novos Estudos CER-RAP**. (10): 28 out. 1984.
70. GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In PAIVA, Vanilda (org.). op. cit. p. 215.
71. MARTINS, José de Souza. op. cit. p. 98.
72. ABRAMOVAY, Ricardo. Nova forma de luta pela terra: Acampar. **Revista da ABRA**, 15 (2): 55, maio/jun/jul/1985.
73. GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia**. Petrópolis, Vozes 1985, p. 40.
74. JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais urbanos e a crise. Da exploração social à participação popular autônoma. IN: **Política e Administração. Movimentos Sociais no Brasil**. FESP, Rio de Janeiro, 1(2): 236, jul/set, 1985.
75. SANTOS, Theotonio dos. A crise e os Movimentos Sociais no Brasil. **Política e Administração. Movimentos Sociais no Brasil**. op. cit. p. 155.
76. IBASE. **Violência no Campo**. Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Petrópolis, Vozes 1985, p. 19.
77. KOLTAI, Caterina. **Por que Pacifismo?** São Paulo, Moderna, 1987, p. 24.
78. FERRO, Cora. A Mulher latino americana; a práxis e a teologia da libertação. IN: TORRES, Sergio. **A Igreja que surge da Base**. São Paulo, Paulinas, 1982, p. 50.
79. BOFF, Leonardo. op. cit.
80. DURÃO, Jorge E.S. Igreja e movimentos populares rurais. IN: LESBAUPIN, Ivo (org). **Igreja e movimentos populares, Política no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1983.
81. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo, fev/mar/1987, p. 4.
82. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pastoral e Compromisso**. Petrópolis Vozes, 1983, p. 74.
83. GRZYBOWSKI, Cândido. A CPT e os colonos do sul do Brasil. op. cit. p. 257.
84. Sobre o assunto ver:
GALLETTA, Ricardo. **Pastoral Popular e política partidária no Brasil**. São Paulo, Paulinas, 1986.
85. PERANI, Cláudio. Pastoral Popular, poder ou serviço? **Cadernos do CEAS**, (82):7, Salvador, nov/dez/1982.

Movimento do Contestado: o jogo de alianças e rupturas das Frações Dominantes

Arlene Renk*

1. Introdução; 2. O enfoque dos autores clássicos; 3. Camponato e sociedade; 4. O jogo de interesses no movimento do Contestado; 5. Considerações internas ao Movimento; 6. Considerações finais.

1. INTRODUÇÃO

Pretende-se realizar uma leitura do Movimento do Contestado, centrada nas relações concorrenciais, nas alianças, nos confrontos e rupturas das frações dominantes da sociedade, bem como dos interesses e capitais em jogo.

O Contestado foi um movimento ocorrido no período de 1912/1916, na região serrana de Santa Catarina, área então em contestação, reivindicada mutuamente pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Sob o ponto de vista meramente numérico o movimento envolveu:

- área conflagrada: de 25 a 28 mil km²;
- população rebelada: 20.000 pessoas;
- combatentes rebeldes: 8.000 pessoas;
- redutos: população de 300 a 5.000 pessoas;¹
- tropas regulares: 6.000 pessoas;
- tropas civis arregimentadas (vaqueanos): 1.000 pessoas;
- número de mortos: 3.000 pessoas (Monteiro, 1974, p. 277)

O conflito ocorreu basicamente:

- da descentralização política, que outorgou maior autonomia aos Estados, fazendo com que os cargos públicos e concessões de terras (que anterior a 1891, eram de competência do Poder Central, passam à competência estadual) sejam distribuídas clientelisticamente, nem sempre respeitando posses anteriores;
- da separação Estado/Igreja, com a instalação da República e conflitos da Instituição Igreja com os "Monges";
- do agravamento do litígio da área (entre Paraná e Santa Catarina) pela disputa da arrecadação de impostos, principalmente sobre a madeira e erva-mate, extraídas por ambos os Estados, pela concessão, ainda no Império, à Brazil Railway e subsidiárias, de área de terra em ambas as margens da ferrovia, expulsando fazendeiros e agregados, ali estabelecidos antes da concessão, os que de "posseiros", passam ao estatuto de "intrusos".

* Professora do CES/FUNDESTE
Mestrada em Antropologia Social/Museu Nacional/RJ.

(1) Importante confrontar-se os dados da população envolvida com o número de pessoas estimadas residentes nos centros urbanos da época. Segundo Maurício V. Queiroz (1966), a população de Campos Novos, Canoinhas e Rio Negro: 500 habitantes; Palmas e União da Vitória: 2.500 habitantes; Curitiba: 750 habitantes; Lajes: 10.000 habitantes.

No presente exercício, por uma série de razões, delimitaremos a análise aos três "clássicos": *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le Mouvement Messianique du Contestado* (1957), de Maria Isaura Pereira de Queiroz; *Messianismo e Conflito Social (A guerra-sertaneja do Contestado — 1912 — 1916)* (1966), de Maurício Vinhas de Queiroz e *Os Errantes do Novo Século* (1974) de Douglas Teixeira Monteiro. Sem sombra de dúvida a grande fonte e ponto de partida foi o trabalho de Pereira de Queiroz, (1957) caracterizando-o como **Movimento Messiânico** e explicado pelo esquema de oposição rústico/litoral. Movimento e esquema são reaproveitados, com maior ou menor variação pelos autores subsequentes.

2. O ENFOQUE DOS AUTORES CLÁSSICOS

No trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, centrado na concepção de vida rústica, o povoamento do interior foi realizado pelas diversas frentes extrativas, diferindo do litoral. Os próprios mapas da área assinalavam-na como "não conhecida, inexplorada". A ocupação e apropriação do solo decorreu basicamente daquela efetuada pela família, isto é, a chefia, parentela, amigos e agregados. Este deslocamento de "clãs" ao interior possibilitou a formação de núcleos, impulsionando-os à procura do apoio político dos chefes maiores e assim se integrarem na vida pública do Estado, obtendo sustento e garantia.

Enfim, esta autora, interpreta como forma de vassalagem a distribuição do solo. A questão das terras permanece como pano de fundo. Daí a ênfase nas formas de legalização do solo. Para o grande proprietário, o único caminho aberto era o de suas boas relações com o Governo do Estado, enquanto que para o agregado e "caboclo", ficava na dependência de suas boas relações com o chefe de política local. Desta forma, nas relações sociais, a base é a grande propriedade onde o caboclo estabelecia-se como posseiro em área de "propriedade" (nem sempre titulada) de um coronel. A relação caboclo/coronel é um movimento de mão dupla: aquele prestava-lhe solidariedade, serviços e lealdade e este, proteção e apoio. Daí porque para os coronéis, um dos elementos de prestígio era ter, em suas terras, muitos habitantes, muitos caboclos, o que, inversamente, requiriria muita terra também. Neste ponto, por parte dos caboclos entra em jogo o parentesco, a consanguinidade, a aliança espiritual (compadrio). Enfim, tudo é barganhado e os laços protetores implicam no alargamento do círculo.

"A hierarquia social é assim apresentada:"

Fazendeiro: grandes proprietários de terras, dedicado à pecuária, com inúmeros agregados. Via de regra, tinha a patente de coronel (trata-se de patente da Guarda Nacional). Abaixo do fazendeiro encontra-se o **criador**. Trata-se de proprietário com dois ou três peões ou trabalhando só com a família. Abaixo deste, o **agricultor**, que se ocupa da plantação, utilizando-se do trabalho familiar. Depois, o **agregado**, podendo receber ou retribuir em espécie e finalmente o **peão**, basicamente assalariado, trabalhando na pecuária.

A grosso modo, duas categorias de indivíduos na área do Contestado: **Ricos**, isto é, fazendeiros, criadores e orientadores políticos; **Pobres**, ou seja, agregados, agricultores, peões, ocupando uma posição subalterna e na dependência dos "ricos". Um dos indicadores da dependência é a auto atribuição como "gente do coronel tal". Haveria um sonho de que seu coronel fosse ascendente, logo, privilégios e proteção não lhe faltaria e poderia perseguir, impunemente, os adversários, isto é, "gente" do coronel antagonico ao seu.

A conflagração do conflito, no entender da autora, deu-se basicamente pelo ressentimento contra os coronéis, que não se mantiveram fiéis as suas gentes. Acresce-se a isto, a questão dos limites Paraná—Santa Catarina, a questão religiosa, na disputa Igreja/Monges e a perda das terras às



FONTE: Cadernos da Cultura Catarinense, Florianópolis, 1(00): 31, jul/set, 1984.

companhias estrangeiras.

Por sua parte, Maurício Vinhas de Queiroz (1966) apresenta esquema de estratificação e hierarquização similares aos apresentados por Maria Isaura P. Queiroz.

Vincula o movimento à questão das terras no Brasil, pela monopolização e espoliação. Entende a revolta como resposta dos camponeses, espoliados e expulsos de suas terras. Não obstante isso a oposição rústico/litoral persiste e o conceito de "catolicismo rústico" serve de norteador.

Já Douglas Monteiro (1974) faz uma tentativa de apreensão do movimento de dentro, onde a causa é atribuída ao mandonismo local, com o surgimento de coronéis, introdução de um novo estilo de vida e pela expansão do capitalismo. O esquema de trabalho é o desdobramento do movimento em três fases distintas: a ordem pretérita, o desencantamento e o reencantamento. Na ordem pretérita, as unidades de produção e consumo são fundamentadas em uma dominação, cujas linhas são claras e compreensíveis dentro das normas tradicionais. "A natureza material das relações de dominação-subordinação está imbricada com as representações sociais e não materiais". (idem, p.13). O desencantamento ou ruptura, decorreria das novas relações instauradas pela penetração de empresas capitalistas modernas para a exploração da madeira, negócios de terras, extração de erva-mate, construção de ferrovias e o trabalho assalariado. A fase de reencantamento, seria um processo de reconstrução a partir dos valores ameaçados pela crise que se instaurou. Na obra, a análise é desdobrada em planos: num primeiro, as condições histórico-sociais que favorecem a eclosão do movimento e, num segundo, o universo de significados construídos pelos rebeldes.

3. CAMPESINATO E SOCIEDADE

No enfoque dos trabalhos dos autores fica clara a posição de subordinação do campesinato. Subordinação de ordem econômica, política e social. Importante que não se tome essa subordinação como uma limitação, como acontece na vertente estudada por Hobsbawn (1978) mas como algo que lhe é inerente. A literatura sobre as sociedades camponesas é unânime em apresentá-las como subordinadas, surgindo daí a necessidade da mediação com a sociedade maior. Trata-se de uma segmentação vertical, onde na hierarquização apresentada, o contato, a mediação da sociedade camponesa com a sociedade maior é feita pela fração superior da hierarquia social, na figura do grande proprietário, do comerciante e, principalmente, na figura do coronel. A figura desse mediador não pode ser simplificada. Duas distinções, mínimas, se fazem necessárias: a sua posição na hierarquia, principalmente a nível estadual, e a sua posição e clientelismo a nível local. Neste nível aparece uma variante: o coronel opositorista advogar-se o papel de "pai dos pobres, ou da pobreza". Embora façam parte da fração dominante, essas frações poderiam ser pensadas na equação proposta por Bourdieu (1982), quando estuda o campo intelectual: fração DOMINANTE—dominada e dominante—DOMINADA, de acordo com a posição ocupada na hierarquia e com os capitais de que dispõem para mediar. Transpondo esta equação para o campo político, verifica-se que este é um campo de lutas, dada a distribuição desigual de capitais com que são dotadas as diferentes frações.

Essa mediação pode ser pensada como uma relação "patron"—cliente, uma vez que se trata de relações assimétricas, com distribuição desigual de poder e se configuram num "sistema, num estilo, um clima moral" (Gellner, 1977). Precisamente aqui se recorre à Scott (1977), quando trata da forma moral da relação "patron"—cliente. Segundo este autor na raiz da economia moral do campesinato está a expectativa de segurança física. A quebra, em larga escala, solaparia a legitimidade dos patrões e impulsionaria o campesinato para a ação contra as elites agrárias.

Entende-se que antes de simplificar a relação a dois pólos: patron e cliente, dentro da segmentação vertical, deve-se considerar um encadeamento de patrons-clientes. Exemplificando: A,

agregado, de cliente B.B., fazendeiro, é cliente de C. C, coronel local é cliente de D. D, coronel regional é cliente de E, que representa grandes interesses na área ou fora dela. Retomando Scott, este afirma que internamente os patrões são frequentemente os responsáveis pelas funções econômicas coletivas de suas comunidades, tais como: subvencionar a caridade, serviços, etc. Com relação ao mundo externo, os patrões podem fazer para a comunidade o que um "patron" particular faria por seu cliente, como a proteção à comunidade contra as forças externas, públicas ou privadas, a antecipação de interesses comunitários, assegurando serviços, favores administrativos e recebendo em troca a lealdade comunitária. (Scott, 1977). O fato de não se centrar exclusivamente nas ações do campesinato e privilegiar as das frações dominantes, segue as pistas apontadas por Bagniton Moore Jr. (1983), quando falando de revoluções camponesas, afirma que:

"O defeito de todas estas hipóteses (isto é, as em estudo, no seu caso) reside no fato de que elas fixaram demasiadamente a atenção nos camponeses. Uma reflexão momentânea sobre o curso de qualquer rebelião pré-industrial específica revela que não se pode procurar entendê-la sem comparação com a ação das classes superiores que, em grande medida, as provocaram. (...) Antes de observarmos os camponeses teremos que observar toda a sociedade". (Moore Jr., 1983, p. 450-1).

Centra-se, assim, a atenção nas relações concorrenciais entre as diversas frações de "patrons", partindo-se de que é irredutível à disputa de clientela, indicadora do prestígio do "patron" e base de sustentação da relação. Instaura-se a noção de concorrência entre as forças, interesses e capitais em jogo, por se entender que o movimento é um processo: faz-se e é feito, onde os agentes, isto é, "patrons", defendem as posições que ocupam, procurando manter-se em posição hegemônica. Posições estas que podem mudar, bem como o agente mudar sua posição na trajetória do Movimento. O deslocamento do agente e os interesses em jogo serão objetos a serem perseguidos a partir daqui.

4. O JOGO DE INTERESSE NO MOVIMENTO DO CONTESTADO

Passa-se a apresentar a composição de forças nos municípios envolvidos.

A) Momento I do Movimento: compreenderá o período de 1912 até o deslocamento a Irani. Portanto, em 1912, na fase embrionária do Movimento, encontramos a aglomeração de fiéis em torno do Monge José Maria* (que se dizia irmão de João Maria, de vasta fama e reconhecimento no local). Este ordena a fundação da cidade Santa, escolhendo a localidade de Taquaruçú. As forças regulares dispersam o Movimento, com o deslocamento espacial do Monge e adeptos a Irani e deflagração por forças regulares do Paraná.

A-1) Configuração de forças em Curitibaanos, Campos Novos e Lages.

No exercício do monopólio do capital político, a nível regional, encontra-se o Coronel Vidal Ramos, em Lages, o principal centro da área do Movimento. A nível local, em Curitibaanos, a supremacia cabe a seu cliente Coronel Albuquerque, como representante situacionista, acumulando cargos de Prefeito, Deputado, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e com fortes vinculações com a Oligarquia Estadual. Na sua atuação como "patron" local (DOMINANTE—dominado) dispõe do monopólio da distribuição dos cargos públicos, da imprensa local, da legalização de terras e forte vinculação com grupos comerciais/empresariais da capital do Estado. Trata-se de poder político com vistas ao econômico, de uma estirpe nova, em ascensão, de posse do capital político para, através deste, ampliar o econômico.

Na disputa pelo capital político, numa posição dominante—DOMINADO encontra-se o

* Houve, na região, dois monges sob o nome de João Maria. O primeiro destes, João Maria Agostini, será, neste texto, tomado como paradigma.

Coronel Henriquinho Almeida, como representante da estirpe antiga, "usurpada do poder" e dos seus instrumentos pela estirpe nova, em ascensão. Advoga-se o papel de "pai dos pobres" e estabelece aliança com a chefia política do município vizinho de Campos Novos, Coronel Rupp, principalmente como o filho deste, isto é, Rupp Jr., que tem interesse em ampliar o poder político e acha-se em posição antagônica à do Coronel Albuquerque. Nos trabalhos dos autores não há indicação a respeito da ligação desta fração com a oligarquia estadual e também há ausência de indicação de suas relações com as do Coronel Vidal Ramos.

No campo político a tendência à polarização Albuquerque—Oponentes faz com que novas frações adiram a esta última. A gênese das alianças nem sempre deve ser buscada exclusivamente no campo político. Fatos de cunho pessoal, familiar, como a honra, podem atuar como desencadeadores de novas alianças. Este seria o caso da adesão da Família Sampaio, "os Sampaio", a opor-se ao situacionismo local, a ponto de propor a amotinação do município contra seu representante a fim de vingar a honra matrimonial ultrajada por Albuquerque.

No campo religioso, a Igreja Católica luta contra duas frentes, por interesses diversos. Encontra-se rompida com a fração DOMINANTE—dominada Albuquerque, acusando-o de adepto da franco-maçonaria e de interferência do poder temporal local e estadual na remoção e afastamento de membros de sua hierarquia. A última acusação permite com que se pense a dificuldade dessa fração em assimilar a separação Estado/Igreja, introduzida pela Constituição de 1891. Se numa frente a Igreja Católica embate-se com representantes do poder político local, noutra volta-se contra aquele que ocuparia posição herética, disputando o "monopólio dos Bens de Salvação" (Bordieu). Trata-se do Monge José Maria, na disputa pela ortodoxia das práticas e discurso religioso e, principalmente, da clientela. Quanto ao Monge José Maria, vale ressaltar que sua trajetória apresenta pontos obscuros, como questão judicial ou policial na cidade de Palmas, onde, apadrinhado pelo prefeito local, foi solto. Esses pontos obscuros serão disputados pelos oponentes, tanto os do campo político como do campo religioso, para depreciar sua prática e posição frente à clientela.

Se, de um lado, esses são os dados possíveis de serem lidos nos autores, por outro, não se pode ignorar o silêncio de outras forças. Estas não estão manifestadas agora, talvez latentes, tidas no momento como neutras e que serão acionadas posteriormente, como o caso do Coronel Marcos, capitão Paulino Pereira, pequenos artesãos e comerciantes, entre estes, Praxedes Gomes Damasceno, com um pé em Albuquerque e outro no Monge: compadre de ambos. No momento, menos que ambiguidade, pode ser interpretado como não havendo ainda uma cisão maior.

A-2) Configuração de forças em Canoinhas: A localidade de Canoinhas deve ser pensada como concorrente Catarinense à cidade de União da Vitória, base paranaense. A disputa local pelos Estados do Paraná e Santa Catarina que é variável ausente no caso de Curitiba, nesta área desempenhará papel decisivo.

Convém lembrar que a partir de 1906, o Estado de Santa Catarina comandou diversas expedições de "invasão" às localidades próximas de Canoinhas, disputando o capital comercial, representado pela erva-mate e madeira, bem como a arrecadação de impostos e legalização do solo. O cerne da questão, no município de Canoinhas, centra-se na dupla legalização do solo, por Paraná e Santa Catarina e pelo mandonismo local. Atuam como forças representantes dos interesses paranaenses a aliança Coronel Fabricio Vieira=Artur Paula. * No lado oposto, como interesses dos catarinenses, a aliança Coronel Thomas Vieira=Capitão Aleixo Gonçalves. Ambos os grupos atuam como DOMINANTES—dominados.

* (2) A partir deste momento utilizaremos a indicação = para aliança e a indicação X para demonstração de oposição.

A-3) Configuração de forças em Irani: É preciso considerar os antecedentes do Monge, com os seus laços de compadrio e práticas religiosas/terapêuticas no local, bem como apoio anterior de forças situacionistas do Paraná, isto é, o Prefeito de Palmas não pode ser ignorado. Basicamente, em Irani encontramos duas forças: a DOMINANTE—dominada, representada pela fazenda Irani, de propriedade do Coronel Juca Pimpão, de Palmas, com povoamento do Norte. No lado oposto, o Faxinal Irani, de pequenos posseiros, sob a chefia das famílias extensas de Fabrício das Neves e Miguel Fragoso, sob a proteção da fração dominante—DOMINADA, Coronel Domingos Soares, "pai dos pobres".

A-4) Jogo de forças: O jogo da disputa envolvendo clientelas e "bens raros"³ permitem aos "Patrons" capitalizar o máximo de prestígio para ostentá-los à sua clientela. Assim na gênese do Movimento, o Monge José Maria é disputado simultaneamente por duas lideranças locais de Curitiba: Os dois grupos empenham-se em tê-lo presente em suas comunidades, por ocasião de festividades de seus padroeiros. Esta presença seria uma forma de mensurar o prestígio patronal ante as clientelas. Assim, para as festividades de São Sebastião, na localidade de Perdizes Grandes, sob a liderança de Manoel Alves de Assumpção da Rocha (fundador do núcleo e rico fazendeiro) e de seu compadre Eusébio dos Santos (criador) foi formulado o convite. Para a festividade de Bom Jesus, festa que reuniria gentes deslocadas pelas ações da Lumber e Brazil Railway, o convite foi formulado por Praxedes Gomes Damaceno (comerciante e compadre do monge e também de Albuquerque), acompanhado por Chico Ventura (pequeno criador).

O monge deslocou-se a Taquaruçu, onde instituiu e organizou o quadro santo com a nomeação das chefias de oração, de acompanhamento, de luta e os 12 pares de França. Há um trabalho de imposição, por parte do Monge, para um "modo de percepção legítimo" do mundo. Com o reconhecimento, por parte da clientela, do seu capital religioso, o Monge luta pela ortoxia religiosa e política. No campo religioso, luta pela imposição de seu discurso e de sua prática religiosa contra a Igreja Católica. No campo político, ataca a República, ocasião em que proclama a Monarquia, com a coroação de Manoel Alves da Rocha, fundador e representante de Perdizes Grandes. Quanto ao significado da Monarquia pode-se levantar essas questões: faria realmente parte do rito religioso? Ou seria uma atitude conciliadora frente aos dois grupos em disputa anterior pelo Monge, de forma que este se deslocou ao território do segundo (Taquaruçu) e prestigiou a liderança do primeiro núcleo (Perdizes Grandes), proclamado seu representante Imperador? Se a atitude dos convites das lideranças puder ser interpretada como tentativa de cooptação do Monge, agora ocorre o contrário. Este instaura o seu poder sob as bases de ambas as lideranças, poder redobrado pela soma de clientelas. De qualquer forma, a Monarquia passa a ser uma estratégia utilizada pelas forças situacionistas para recorrer ao Governo Estadual contra a aglomeração local.⁴

No campo político a configuração de forças modifica-se: a oposição local é, Coronel Almeida e Rupp Júnior apoiam o Monge. Esta aliança é simbolizada pelo presente da espada da Guarda Nacional e convite a deslocar-se às suas terras por parte de Almeida. Agora, a oposição é representada por Monge = Almeida = Rupp Júnior = Sampaio. Observam-se deslocamentos: por parte da oposição, a aglutinação em torno da "raridade religiosa", Albuquerque X Monge e aliados; por parte do Monge, que de posse do capital religioso, pretende o político, onde o concorrente maior é Albuquerque. Neste sentido joga o Monge: insubordinação aos apelos e ordens de Albuquerque e

(3) Denomina-se aqui, "bens raros" aqueles que se encontram monopolizados nas mãos de alguns agentes. Exemplos: concessões de terras e cargos, práticas religiosas/medicinais, etc.

(4) Nesta época, a República era tomada por uma "síndrome monárquica": Canudos, a nível nacional e Canudinhos, de Lajes. (1986).

recusa em prestar-lhe "serviços" religiosos. No seu comportamento fica implícito uma racionalização das barganhas com coronéis locais, das suas manifestações favoráveis/desfavoráveis, conforme o trato dispensado por aqueles.

A aglomeração populacional em torno do Monge, o discurso deste contra a República e a adesão dos oponentes políticos ao Monge, solapando as bases clientelísticas de Albuquerque levaram-no a solicitar a força regular que dispersou o movimento. Em função disto, há o deslocamento geográfico do Monge a Irani. O que está em disputa no caso é o capital político, traduzido em votos. Interessante notar que as mediações em Irani são políticas, através do Coronel Domingos Soares, "pai dos pobres" que ocupa a posição dominante—DOMINADO, em relação a oligarquia paranaense. No campo religioso, não há informação de interferência por parte da Igreja Católica. Existe, sim, a luta pela interpretação do deslocamento a Irani do Monge e adeptos. As forças legais paranaenses atribuem-lhe fanatismo religioso e invasão do território paranaense por Santa Catarina. A reivindicação do Monge e adeptos é de perseguição política por parte do Coronel Albuquerque.

Neste momento, em Curitiba, a correlação de forças permanecia inalterada. Os oponentes ao Coronel Albuquerque, isto é, a fração dominante—DOMINADA, através de jornais da Capital do Estado, capitalizam assumindo a defesa dos integrantes do movimento, como vítimas de perseguições políticas locais, leia-se de Albuquerque. Há a disputa de atribuições ao Movimento: Para Albuquerque, este era uma ameaça à integridade republicana. Para a sua oposição, uma perseguição política.

O deslocamento a Irani, combate e morte de José Maria podem ser lidos como um dos momentos de delineamento de fronteiras, na construção de uma identidade do Movimento. A fronteira é uma construção social que implica na inclusão de alguns elementos numa relação de pertencimento e na exclusão de outros. Logo, os corpos dos "nossos" mortos serão sepultados. Os corpos dos mortos "deles" ficarão insepultos, profanados. Gesta-se aqui o Exército Encantado, a ressurreição de "nossos" mortos e a expansão do Movimento, bem como, a forma de impor a "sua visão de mundo".

B) Momento II do Movimento: de setembro de 1913 até a "Guerra Santa".

Passa-se a elencar os principais acontecimentos do Movimento neste segundo momento.

Nos meses de setembro e outubro de 1913 ocorreu a difusão da crença do retorno de José Maria e da ação miraculosa do Exército Encantado de São Sebastião. Em dezembro, forma-se em Taquaruçu um segundo ajuntamento. No final de dezembro acontece o ataque do Exército e vaqueanos (forças civis arregimentadas pelo poder público) a Taquaruçu. Em janeiro de 1914 ocorre a formação de um novo reduto, o de Caraguatá. Há uma sucessão de ataques aos redutos, derrotas das forças regulares, reforço do Exército e conflitos políticos em Canoinhas. É lançado o Manifesto Monarquista pelo Movimento e fixado o prazo do início da "Guerra Santa". Começa o ataque do Movimento às cidades "ímpias".

B-1) Configuração de forças: Na retomada do movimento e restauração da cidade Santa de Taquaruçu observa-se o rompimento de aliança anterior, a nível local, entre Perdizes Grandes e Taquaruçu. Explica-se: a nível de Taquaruçu a composição Praxedes Gomes Damaceno e Chico Ventura é rompida. O mesmo ocorre em Perdizes Grandes com a aliança entre Manoel Alves da Rocha e Eusébio dos Santos. Os detentores do maior capital econômico e político retiraram-se. A condução do Movimento fica a cargo dos líderes secundários, isto é, Chico Ventura e Eusébio dos Santos.

Manoel Alves da Rocha retira-se do Movimento, fica à margem, sem indicação clara dos motivos que o levaram a tal, nem de qualquer tentativa de aliança à fração oposta. Praxedes Gomes Damaceno se opõe ao Movimento. De antigo anfitrião, passa a recusar pouso aos adeptos de José Maria. Sua posição parece um tanto ambígua: um pé no Monge e outro em Albuquerque, pelos la-

ço de compadrio a ambos. Não bastasse isso, um filho seu encontra-se em Redutos. Opondo-se ao Movimento, Praxedes Damaceno tenta aproximação com o pólo oposto: Igreja—Albuquerque. Se a aproximação foi possível, o mesmo não pode ser dito com Coronel Albuquerque. Há indicações de que interesses comerciais não o permitiram. As fontes são unânimes em apontar a “demonstração de má vontade” como de responsabilidade do Coronel Albuquerque. A morte de Praxedes Damaceno, com o envolvimento do Coronel Albuquerque desencadeou a adesão das “gentes” de Praxedes ao Movimento. A aliança “gentes de Praxedes” = Movimento, tem em seu bojo a honra a ser vingada.

Num plano maior, as forças delineadas podem ser esquematizadas da seguinte forma: Aliança Albuquerque = Igreja = Estado X Movimento = fração oposicionista local (Sampaio, Rupp, Almeida).

Em 1914, dada a indisposição dos chefes locais menores com o poder situacionista, representado pelo Coronel Albuquerque, os chefes locais aderem ao Movimento, acompanhados de suas clientelas, despovoando extensas áreas, aumentando a população dos redutos e a expansão destes. Por questão de ordem estratégica e pelo crescimento populacional, somado ao ataque de forças regulares ao Reduto de Taquaruçu, o centro do Movimento desloca-se a Caraguatá. Significa um deslocamento geográfico do Movimento ao Norte do Estado de Santa Catarina, em área de litúrgio com Paraná. Oportuno também assinalar o afastamento do pólo dominante—DOMINADO que respaldava as ações do Movimento.

Caraguatá situa-se em área do domínio de Manoel A. Rocha, antigo Imperador, afastado do Movimento. Um agente que na Trajetória do Movimento, apresentou diversos deslocamentos. Veja-se que na fase inicial (Momento I), disputou com Praxedes Gomes Damaceno a ida do Monge à sua área. Preterido na escolha da área, foi contemplado com a aclamação de “Imperador” em território de Praxedes. Após a morte do Monge retira-se do Movimento. Ante a ameaça de perda de suas terras pelo Estado de Santa Catarina, “as gentes” de Manoel A. Rocha aderem ao Movimento, ou melhor, este desloca-se à área de seu domínio. O fator desencadeador da aliança com o Movimento seria o capital econômico e social em jogo, isto é, as terras cedidas à título de dívida do Estado a um grupo econômico da capital. A ação do governo em reivindicá-las como área devoluta foi o fator desencadeador da nova adesão das “gentes” de Manoel Rocha.

No deslocamento a Caraguatá há um ponto de divergência entre Vinhas de Queiroz e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Para Vinhas de Queiroz, após o primeiro ataque a Taquaruçu (1912) Manoel Rocha retirou-se à sua fazenda, onde poucos meses depois morreria de tifo. Indica, no entanto, que suas “gentes” aderiram ao Movimento. Na interpretação de Pereira de Queiroz, em agosto de 1914 (portanto, posterior à data por Vinhas), Manoel Rocha teria sido novamente coroado Imperador. De qualquer forma, os autores são unânimes em mencionar a Monarquia Sul Brasileira, cuja interpretação é disputada. Para o Estado, para a fração DOMINANTE—dominada, trata-se de uma sublevação, para o Movimento, de uma nova ordem. Os autores questionam até que ponto, a versão conhecida no mundo urbano seria a legítima representante da dos participantes do Movimento. Dados importantes são colocados em dúvida, principalmente por Pereira de Queiroz, como teor da carta que previa o uso da aviação na Guerra Santa, tal qual estava ocorrendo na Europa, o que parece um tanto inusitado para os rebeldes do interior do Estado. Resta, no entanto, lembrar que nas mediações tentadas pelo Governo, quer a Missão Correia Freitas, quer na negociação do Major Matos Costa, a base de negociação para o Movimento era a Monarquia.

De qualquer forma, setembro de 1914 é o prazo estabelecido pelo Movimento para o início da Guerra Santa, correspondendo ao período de radicalização da ação. As fronteiras passam a ser mais claramente delineadas. O mundo do ponto de vista do movimento passa a dividir-se entre “pelados” (Membros da Monarquia) e “peludos” (inimigos da Religião e da Monarquia).

O acirramento do Movimento corresponde também às adesões de frações dominantes—

DOMINADAS dos dois pólos: Curitibanos e Canoinhas. Forças de Curitibanos, até então neutras, surgem como oponentes ao Coronel Albuquerque, no campo político, passam a figurar como novos chefes da oposição: Coronel Marcos Gonçalves de Farias e Capitão Paulino Pereira. Este, afilhado e protegido do Coronel Farias, que por questão judicial, busca refúgio ao Movimento. A adesão do Capitão Paulino Pereira deve ser buscada no campo econômico: disputa pela industrialização incipiente em Curitibanos. Este, com menor capital econômico e sem favores públicos, passa à oposição política e finalmente, alia-se ao Movimento.

Concomitante a estas adesões, ocorre a adesão de parentes dos mortos em Taquaruçu que atribuem a responsabilidade do ataque ao Coronel Albuquerque. Enfim, a distribuição de forças em Curitibanos pode ser assim esquematizada:

Albuquerque = Igreja = Estado X Coronel Marcos G. de Farias

Coronel Almeida

Rupp Júnior

MOVIMENTO:

- Sampaio
- gentes de Praxedes
- gentes do Coronel Farias
- parentes dos mortos em Taquaruçu
- simpatizantes do Movimento
- posseiros expropriados

O deslocamento do movimento a Canoinhas foi propiciado por várias razões: área de disputa entre Paraná e Santa Catarina, onde estava em jogo o capital econômico e social, (as terras), pela concentração de fazendeiros, agregados e posseiros expropriados, expulsos pela Lumber e Brazil Railway, passando ao estatuto de intrusos.

Da configuração de forças locais, apresentadas no Movimento I, há sensíveis alterações. Os defensores dos interesses catarinenses desfazem a aliança Coronel Thomas Vieira (superintendente local) = Capitão Aleixo Gonçalves Lima (grande proprietário e antigo "invasor" de Santa Catarina às terras do Paraná) = Bonifácio dos Santos (autoridade policial). No bloco situacionista, isto é, dos defensores catarinenses constam Coronel Thomas Vieira = Bonifácio dos Santos. Na oposição, Capitão Aleixo Gonçalves Lima, passando a figurar como fração dominante—DOMINADA, dado a perda de suas terras, pela dupla titulação, à Lumber. Alia-se então ao Movimento.

A fração DOMINANTE—dominada local passa a segmentar-se: rompimento Vieira — Bonifácio dos Santos, onde este passa a chefiar a oposição política local. No fortalecimento de sua posição, alia-se ao Movimento. A grosso modo, em Canoinhas, as forças podem ser apresentadas em três blocos, mutuamente antagônicos:

Interesse do Paraná X Interesses de Santa Catarina X Movimento

| | | |
|-------------------|-----------------|--------------------|
| = Fabrício Vieira | = Thomas Vieira | = Aleixo Lima |
| = Artur Paula | | = Bonifácio Santos |

Face à configuração tripartite, verificam-se mais adesões ao Movimento, como: a entrada de Venuto Bahiano e seu bando, por desentendimento com autoridades locais. Trazem como capital a experiência anterior, a filiação às hostes de Demétrio Ramos (por ocasião da Revolução de 1893) e as incursões de Santa Catarina ao Paraná, onde atuaram em favor das forças catarinenses. Adere também a família Machado, os "Machados", esbulhados, por interesses paranaenses; aderem ainda, o fazendeiro e juiz de paz Elias Antunes de Moraes, Henrique Wolland, "o Alemãozinho" desertor da Canhoeira Panther, Antonio Tavares Jr., autoridade judicial, ex-empregados da Lumber, despedidos, posseiros expropriados pela Lumber e Brazil Railway ou então por interesses paranaenses ou catarinenses.

Com a ação ofensiva do Movimento (ataques, assaltos, piquetes e razzias) e a ameaça aos capitais dos grandes grupos econômicos, como a Lumber, Brazil Railway e dos Coronéis situacionistas, entra em jogo o Exército Nacional. Num primeiro momento, encontra-se aliado aos capitais ameaçados. Estes favorecem a arregimentação de tropas civis (vaqueanos) para auxiliarem às forças regulares na luta. Num período posterior delinea-se a oposição das forças federais aos coronéis, situacionistas locais, por entendê-los como cerne do problema, vislumbrando a possibilidade de cooptação do Movimento, ou melhor, de fração do Movimento (os Vacilantes liderados por Maria Rosa).

C) Momento III do Movimento: final de 1914 até 1916.

A ação ofensiva do Exército, a queda dos redutos, a centralização dos poderes do Movimento, nas mãos de Adeodato e a debelação do Movimento, são os fatos mais importantes deste período. Se até final de 1914 foi a fase máxima de expansão do Movimento, a partir disso estará em desagregação. Alguns redutos caem nas mãos do Exército, outros são cooptados, há deserções de alguns que passam a atuar no bloco oposto. Alguns fatores contribuiriam para isso: as disputas e confrontos internos e a escassez de alimentos.

Enquanto isso as forças situacionistas permanecem inalteradas. Em Curitiba, quando o Movimento tentou arrebatar gado do "aliado" Coronel Almeida, este tenta passar ao lado situacionista, que não demonstra interesse na sua aliança. Trata-se de mais uma das tantas ambiguidades do Movimento. Se a posição do Coronel Albuquerque foi maniqueísta, sendo sempre o pólo negativo, outros tentaram se aliar ao Movimento, mas obtendo vantagens particulares, o que seria o caso do Coronel Almeida.

Outra figura ambígua é o Coronel Rupp. Exemplificando: quando do Canudinhos de Lages, em 1896, invocou as forças legais para dispersar o aglomerado de população em torno de um Monge. Quando do início do Movimento, em 1912, colocou-se em campo contrário ao de Albuquerque. Se filho Rupp Jr. alia-se com o Coronel Almeida, opositor de Albuquerque. Coronel Rupp tem bom trânsito no Movimento, sendo uma das figuras de entrada e saída franqueadas, atuando como mediador com as forças regulares, prestando bons serviços também a estas. Porém, mostra-se mais ambíguo, ainda quando assina como preposto da Lumber, em 1911, um edital advertindo os posseiros, agora transformados em intrusos, da ocupação indevida.

De qualquer forma, no término do Movimento, as forças situacionistas permaneceram com seus monopólios. Com a demarcação definitiva de fronteiras entre Santa Catarina e Paraná, a Lumber pode, enfim, através de acordos provisórios, ceder a área paranaense à fração DOMINANTE—dominada, Coronel Fabrício Vieira e a área catarinense à fração DOMINANTE—dominada Coronel Thomas Vieira para exploração da erva-mate.

5. CONSIDERAÇÕES INTERNAS AO MOVIMENTO

Trata-se aqui de uma tentativa de repertoriar as adesões das frações dominantes—DOMINADAS ao Movimento. No primeiro momento, encontramos a unidade do Movimento na figura central do Monge José Maria e também a unidade espacial: Taquaruçu. A centralização do poder e do capital religioso nas mãos do Monge, permite e legitima que ordene o espaço político, lutando pela imposição de um "modo de percepção legítimo do mundo".

Dado o monopólio religioso e político no interior da Cidade Santa de Taquaruçu, surgem questões não respondidas quanto ao papel da Monarquia, do Imperador, de seu âmbito de ação.

Na gestão do Movimento, em Taquaruçu, há uma hierarquia interna, fundada sobre capitais, acumulados anteriormente, tais como: a fé, a prática religiosa (reza, benzimento) e arte de lutar. Isto explicaria a utilização das reconhecidas chefias anteriores, dentro dos seus domínios. Dentro da hierarquização encontra-se a estruturação do Quadro Santo em chefias: de Reza, de Acampamento e de Luta, culminando com a elite guerreira: os Doze Pares de França.

Se no Momento I, havia unidade em torno do Monge, no segundo Momento, o da expansão (tanto do número de adeptos, quanto de redutos e de adesões de chefias externas), estrutura-se uma divisão de poderes: espiritual e material. Pela ampliação de redutos, surge a concorrência entre

estes, disputando a hegemonia. Ainda havia, internamente, nos redutos a formação de "partidos": Dominantes e Dominados, ou Vacilantes. Estes últimos estariam em posição secundária e as forças regulares tentaram sua cooptação.

Das concorrências entre redutos deve levar-se em consideração o papel dos chefes cujas dissensões levavam aquele na posição Dominante—DOMINADO a retirar-se com sua clientela e estabelecer-se noutra. A unidade perpassava pela noção de "crentes de José Maria" e pela obediência de ordens emanadas do Reduto—Mór.

É válido considerar também os cargos ocupados pelas frações aliadas ao Movimento. Chico Ventura e Eusébio dos Santos, que ocupavam a chefia material, entram num período de declínio, atuando nos bastidores e na fase final, principalmente Eusébio, recupera o prestígio perdido, atuando como Almojarife de Armas. De qualquer forma, nos primeiros dias do Movimento atuou como provedor dos fiéis. Venuto Bahiano, passa a ocupar o posto de Instrutor Militar, cabendo-lhe o recrutamento de homens e contatos com futuros aliados. Aleixo Gonçalves, passa a Chefe de Reduto e tem sob sua custódia redutos menores. Chiquinho Alonso é o Comandante Geral, Antônio Tavares, chefe de reduto; os "Sampaio" comandam os piquetes que atacariam suas cidades; Wolland, no Reduto Pinheiro, tem o comando dos Doze Pares de França. Elias Antonio de Moraes, possui a "condução do Movimento", visto que na cisão interna chefiava a ala Dominante e disputava com Maria Rosa, chefe dos "Vacilantes", a hegemonia. Enfim, há um reaproveitamento dos capitais anteriores, o que não significa mero transplante. Há inúmeros casos de posseiros, peões, virem a ocupar os cargos ascendentes, chegando ao comando. O inverso, isto é, alguém da fração dominante—DOMINADA ser totalmente despojado de seus capitais, parece não ter ocorrido.

No Momento III do Movimento encontra-se o acirramento externo e das relações concorrenciais internas. Dada a divisão Dominantes X Vacilantes, naquela facção assume o poder político Adeodato. Leva-se em conta que trouxe ao reduto capital religioso e por mérito de bravura conquistou o político. De posse e com o monopólio deste, tentou a centralização religiosa. Caminho inverso ao de José Maria. Para a monopolização do poder político e religioso iniciará uma prática sistemática de extermínio das chefias concorrentes, o que leva ao enfraquecimento do Movimento. Paralelamente ocorre a queda de redutos, centralizando o Movimento espacialmente no Reduto—Mor, sob a chefia de Adeodato.

Quanto às lideranças que se aliam ao Movimento vale ver o destino destes: Venuto Bahiano, é morto por companheiros de armas; Aleixo Gonçalves e Chiquinho Alonso são mortos por Adeodato; Bonifácio dos Santos e Antonio Tavares, tem seus redutos rendidos. Este último coloca-se sob proteção das forças catarinenses, advogando a defesa catarinense na disputa dos limites. Wolland, apresenta-se com 300 homens às forças legais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de centrar a atenção nas frações dominantes da Sociedade a que está subordinado o campesinato, deixou claro que esta fração dominante não pode ser pensada monoliticamente, por apresentar diversidade interna e ser dotada desigualmente dos diversos capitais em jogo. Ao mesmo tempo em que se trata de uma sociedade segmentada verticalmente, (daí o encadeamento de relações e, entre estas a de "patron—cliente"), é possível também tomá-la horizontalmente, comparando-se com as relações concorrenciais entre "patrons", onde entram em jogo os capitais e as clientelas. Dada a concorrência e o encadeamento de relações, fica claro o quanto é restrita a autonomia de cada um dos "patrons", por ocupar mutuamente, o cargo de "patron" de uma clientela (hierarquicamente descendente) e ser cliente de outro "patron" (hierarquicamente ascendente). Daí a luta para se manter na posição conquistada e, na medida do possível, acumular capitais para atender seus compromissos patronais e ampliar o seu âmbito de ação e clientela.

Na tentativa de monopolização dos capitais raros, observa-se a tendência à polarização: DOMINANTE—dominado e dominante—DOMINADO. A medida que esta última fração se afasta da posse dos capitais em jogo, tende a se aglutinar em torno do Movimento, por ser o pólo agrega-

dor das oposições naquele momento.

Quanto à força moral da relação "patron-cliente" (Scott, 1977), as quebras que solaparam as bases não podem ser encontradas no encadeamento direto A—B, mas em (A)... (C), que resultaria nas adesões das "gentes" de cada agente. Duas quebras de regras foram fundamentais:

a) a do Monge José Maria, apresentando-se como o oposto do Monge João Maria, que poderia ser tomado como paradigma de Monge na área. Este se valia apenas de seu capital religioso, disputando-o apenas com a Igreja, José Maria, por sua vez, valendo-se do capital religioso, entre estes o de se reivindicar irmão de João Maria, pretende obter também o Político. Na pretensão de aquisição do Poder Político, quebrando uma regra costumeira, despertou animosidade dos detentores da fração DOMINANTE—dominada, ocasionando a mudança de posição dos agentes da fração dominante—DOMINADA, que passou a se aglutinar em torno do Movimento.

b) No campo político, a nova estirpe ascendente, de posse dos instrumentos e estratégias para distribuição de cargos públicos e das concessões e terras, solapou as bases da classe patronal antiga, despossuída desses instrumentais. Colocam-se em posição antagônica. Essa estirpe ascendente, aqui tratada como fração DOMINANTE—dominada quebra regras quando se alia às frações DOMINANTES externas, que representam ameaça às frações de sua clientela e da de seus concorrentes. O que para estes (dominantes—DOMINADOS) passa a representar ameaça, para a fração DOMINANTE—dominada, representa aumento de capital, principalmente, o econômico. Daí, rebelarem-se e no movimento revoltam-se contra Governo de Coronéis, não de todos, mas de alguns. Na base das negociações, fica explícito o fim do governo da fração ascendente, como uma das reivindicações do Movimento. De outro lado, uma invariante perpassa o Movimento: o apoio da fração dominante—DOMINADA, principalmente, quando esta se advoga o papel de "pai dos pobres".

Internamente o movimento apresenta-se de forma esquemática: centralização—descentralização—centralização, tanto espacial quanto de poderes. Correspondendo, respectivamente à gênese, expansão e período final do Movimento.

As relações concorrenciais internas não podem ser lidas como um mero transplante das externas. As dissensões nos redutos teriam em jogo o prestígio. Daí também o fato do Movimento não poder ser lido como um mero reflexo externo. Apresenta uma dinâmica interna que se estrutura com o jogo de forças externas, ocasião em que vai delineando suas fronteiras, construindo sua identidade e lutando na imposição de sua "visão de mundo".

O "olhar distanciado" tanto temporal quanto culturalmente, permite resgatar com maior objetividade as relações concorrenciais e práticas de patronagem no Movimento. Isto de nada teria utilidade se não houvesse a possibilidade de "aproximar o olhar", olhar para perto de nós, temporal e espacialmente, sem se enredar e afogar na subjetividade, a fim de procurar, em nossas relações sociais, vestígios dessa prática de patronagem. Que a patronagem é um traço nosso é um ponto pacífico, mas interessa-nos sim, verificar a compatibilização da operacionalização do duplo código: o de igualdade jurídica assegurada pelo estatuto legal do país, mas com necessidade de ser respaldada e corroborada por práticas como: a indicação, a carta de apresentação e o "padrinho".

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1982.

_____. "Espace Social et Genese des "Classes". *Actes de 1a Recherche*. Paris, (52/53), Jun., 1984.

GELLNER, Ernest Bwaterburgt, J. "Patrons and clients". In: — *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*. London, Duckwort, 1977, p. 01 — 06.

- HOBBSAWM, Eric. "Os camponeses e a Política". In: **Ensaio de Opinião**. Rio de Janeiro, 1978.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**. São Paulo, Duas Cidades, 1974.
- MOORE JR., Barrington. **As origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MOURÃO, Laís. "Contestado: A gestão social do Messias". **Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, 1974.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. La "Guerra Sainte" au Brésil; Le Mouvement Messianique du Contestado. São Paulo. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, (187), 1957.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**, Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SCOTT, James. "Patronage or exploitation". In: Ernest Gellner & Waterburt, J. **Patrons and Clients in Mediterranean Societies**. London, Duckworth, 1977.
- WOLFF, Eric. **Las Luchas campesinas del siglo XX**. México, Siglo XXI, 1979.

Lançado DOCUMENTO BÁSICO com orientações para a pesquisa, coleta e registro da Memória Sócio-Cultural da Região Oeste de Santa Catarina.

Constituiu-se no primeiro passo para a consecução dos diferentes projetos do CEOM/FUNDESTE. Objetiva, fundamentalmente, fornecer subsídios teórico-práticos para a operacionalização do processo de recuperação e preservação do patrimônio histórico-cultural, que o CEOM agencia junto aos municípios pertencentes à região da AMAI, AMOSC e AMEOSC.

PROJETOS EM ANDAMENTO e sua operacionalização conjunta.

Em 1987, o CEOM elaborou uma série de projetos, aprovados por órgãos financiadores, a saber:

- Projeto FRONTEIRAS: aprovado pelo MINISTÉRIO DA CULTURA — MINC. Dará início ao resgate de fotografias e ao levantamento da memória oral para que o homem oestino se descubra como produtor de cultura.
- Subprojetos HISTÓRIA ORAL, VISUAL e ARQUIVOS: aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. Levantará a documentação audiovisual e arquivística para preservar e possibilitar a pesquisa nas áreas.
- Projeto: ORGANIZAÇÃO DOS ACERVOS AUDIOVISUAIS MUNICIPAIS: aprovado pela Fundação Nacional de Artes — FUNARTE. Visa resgatar e preservar o patrimônio fotográfico dos municípios que já contam com comissões de Coordenação de Memória.
- Projeto: OFICINA DE MUSEOLOGIA NO OESTE: aprovado pelo SISTEMA NACIONAL DE MUSEUS — SNM, através do SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS — SEM. Prevê um curso teórico-prático sobre pesquisa, documentação, conservação e programas educativos para os museus.

Representando estes projetos, o desdobramento das ações de preservação e promoção cultural (que deram origem ao próprio CEOM) pretende-se otimizá-los de maneira conjunta.

Assim, a execução dos projetos compreende: treinamentos, resgate e pesquisa, organização técnica e finalmente produção de textos e uma publicação sobre o "HOMEM DE FRONTEIRAS".

Os MUSEUS da região:

Chapecó — MUSEU MUNICIPAL ANTONIO SELISTRE DE CAMPOS com prédio recentemente cedido pela Família Bertaso.

Ipumirim — MUSEU MUNICIPAL PREFEITO FÉLIX BONISSONI em fase de implantação junto à Casa da Cultura.

Itapiranga — MUSEU COMUNITÁRIO. Encontra-se em construção o prédio que abrigará o mais significativo acervo arqueológico da região.

Maravilha — MUSEU MUNICIPAL PADRE FERNANDO, reinaugurado na antiga casa da colonizadora Sul Brasil.

Modelo — CENTRO DE MEMÓRIA LEOPOLDO MIGUEL HERMES, inaugurado em Outubro/88, com acervo ilustrativo dos diferentes aspectos da colonização local.

Mondai — MUSEU COMUNITÁRIO PASTOR KARL RAMMINGER, com acervo típico da imigração alemã.

São Carlos — MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL funcionando no antigo Colégio de São Carlos que já foi completamente restaurado.

São Miguel do Oeste — MUSEU HISTÓRICO

MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE que possui um acervo fotográfico representativo do período da colonização.

Seara — **CENTRO DE MEMÓRIA ANTONIO ZANUZZO** funcionando junto ao antigo moinho que foi completamente restaurado e transformado em Casa da Cultura. Possui significativo acervo fotográfico e objetos sacros.

Seara — Nova Teotônia — **MUSEU ENTOMÓLOGO FRITZ PLAUMANN** com a maior coleção de entomologia do Brasil.

Esgotada edição do Caderno nº 04 do CEOM

Contando com uma edição de 600 exemplares, foi distribuído, gratuitamente, a todos os professores da área de Estudos Sociais, aos órgãos educacionais do Estado e entidades culturais da área de museologia do país. Esta edição contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

CEOM participa...

CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM HISTÓRIA promovido pelo Instituto Alberto Pasqualini-IAP, de Chapecó, com coordenação conjunta do Setor de Educação Permanente do CES/FUNDESTE. Realizado no Colégio Bom Pastor, no período de 02/07/88 à 30/08/88.

O curso abordou a importância do conhecimento histórico para uma prática política consciente. A história das sociedades humanas foi analisada desde vários ângulos: desde o ponto de vista da antropologia filosófica; através da consolidação do movimento operário mundial, pe-

lo exame da evolução econômica do Brasil e do desenvolvimento capitalista internacional e suas relações com a América Latina.

O CEOM elaborou resumo das aulas ministradas e, devido às solicitações recebidas na ocasião, estuda a possibilidade de realizar um curso similar no próximo ano para os professores de História da Região.

II ENCONTRO DOS MUSEUS REGIONAIS, promovido pelo Museu Antropológico Diretor Pestana da UNIJUI. O Encontro objetivou, além de fornecer subsídios aos profissionais da área, debater a Ação Educativa dos Museus e o relacionamento entre Museu e Comunidade.

III ENCONTRO DE ARQUIVOS CATARINENSES e I PAINEL DE ARQUIVOS SUL-BRASILEIROS em 15 e 16/09/88 visando difundir e conscientizar sobre a importância da preservação da documentação pública e privada e função dos arquivos públicos.

Livros sobre o Oeste

- **HISTÓRIA DE SÃO LOURENÇO D'OESTE e do OESTE CATARINENSE.** João David Folador.
- **CÂMARA MUNICIPAL DE MARAVILHA: 30 anos de História.** Prof. Francisco Gialdi. Maravilha, 1988.
- **A FILHA DO PIONEIRO.** Hewig, Tutz Culmey e Know, Ilga K. São Carlos, 1987.

LEI SARNEY

O CEOM busca apoio financeiro para continuar suas atividades e publicações. Colabore utilizando a Lei Sarney.

OESTE RESGATA SUA MEMÓRIA CULTURAL*

Chapecó — Ficou mais fortalecido o projeto de resgate à memória sócio-cultural do Oeste, com distribuição de mais um exemplar, a quarta edição, dos cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina — CEOM. O projeto foi idealizado pelo professor Santo Rossetto, sociólogo e diretor geral da FUNDESTE. Ele está trabalhando neste programa há anos e os primeiros resultados começam a surgir.

Às quatro edições dos cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural, procuram trazer à tona os mais significativos eventos que marcaram a história regional, num trabalho que tem a participação decisiva de historiadores, cuja valorização é assegurada também através destas publicações. O quarto exemplar está sendo distribuído a diversas instituições educativas e histórico-culturais para enriquecer o acervo bibliográfico e auxiliar os estudantes e pesquisadores interessados na história regional.

O artigo principal da edição, "Balsas e Balseiros no Rio Uruguai" (1930-1950), de autoria da professora Eli Maria Bellani, enfoca o processo extrativo da madeira, seu transporte e comercialização. Como base, são exibidos depoimentos das

diferentes categorias de trabalhadores que exerceram essa atividade. A mesma publicação relata a proposta do CEOM para as prefeituras que desejarem engajar-se no processo de resgate do passado cultural com participação da imprensa, especialmente escrita, no Projeto da Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste — FUNDESTE.

Nesta etapa da atuação de resgate da memória, 600 exemplares estão sendo distribuídos. Os três primeiros foram totalmente esgotados. Os profissionais que atuam no setor de planejamento, pesquisa e extensão da FUNDESTE, buscaram, nas empresas privadas, auxílio para incrementar o programa. O empresariado local terá retorno via publicação nos próprios cadernos e os investimentos poderão ainda ser deduzidos do Imposto de Renda, através da Lei Sarney. O projeto de resgate da memória tem apoio do CNPq — Conselho Nacional de Pesquisa. Com a participação da classe empresarial, será possível reeditar os cadernos, explica Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz, do conselho editorial do CEOM. As edições estão esgotadas mas continua intensa a procura por parte dos órgãos ligados ao setor educacional.

O autor do projeto CEOM, Santo Rossetto, diz que a história do Oeste Catarinense não seria completa sem, pelo menos mencionar a fase da atividade de extração da madeira, de seu transporte. "Mediante as famosas balsas do Rio Uruguai" e de sua comercialização na Argentina. Essa espécie de mercantilismo fluvial, apesar de seu caráter caseiro e tupiniquim, centralizou recursos financeiros nas mãos de madeireiros e comerciantes que passaram a desenvolver o processo efetivo de produção e comercialização capitalista na região. Rossetto explica que esses primeiros passos do extrativismo capitalista regional geraram episódios e figuras sócio-econômicas de grande significado histórico, sociológico e cultural.

Identificar esses pioneiros e desbravadores que hoje possuem estátuas, nomes de ruas, estádios, etc, é a proposta do artigo de fundo do quarto número dos cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural, "Balsas e Balseiros no Rio Uruguai". Alguns dos principais protagonistas "dessas façanhas" ainda vivem para enriquecer "nossos acervos de memória oral", lembra Santo Rossetto, o principal entusiasta do projeto.

*A Notícia, Joinville, 08 jul 1988, p. 11

CNPq aprova mais um projeto da FUNDESTE

O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), acaba de aprovar mais um projeto apresentado pela FUNDESTE. Trata-se do projeto de "Organização da Memória Sócio Cultural do Oeste de Santa Catarina, Laboratório de História Oral, Acervo, Audiovisual junto aos municípios e Arquivos Históricos".

Esta é a segunda vez que o CNPq apoia o Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM, instituído pela FUNDESTE. O primeiro apoio originou a criação do CEOM e o início de suas atividades. E agora, com destinação de Cz\$ 465.482,00, pretende-se implementar as ações do CEOM através de iniciativas participativas na descoberta e aproveitamento do acervo Sócio-Cultural da Região. Na área de História Oral o projeto pretende levantar e dar unidade documental à versão oral de protagonistas,

por ventura ainda vivos acerca do processo histórico da Região Oeste Catarinense. Resgatar, preservar e valorizar a memória audiovisual é outro objetivo do presente projeto, bem como, a organização de arquivos permanentes junto aos municípios.

O Centro de Memória da FUNDESTE, através do projeto ora aprovado, atingirá de imediato treze municípios da Região Oeste que já possuem museus e/ou Centros de Memória criados, respondendo assim ao objetivo maior de coordenar o processo de documentação, de preservação e valorização da história regional, constituindo-se tudo num valioso instrumento pedagógico a ser devidamente utilizado.

Existem ainda outros projetos encaminhados pela FUNDESTE através

do CEOM, e que aguardam a respectiva aprovação: um junto a FUNARTE - INFto, outro junto ao Sistema Nacional de Museus e outro junto ao Ministério de Cultura. Todos estes projetos buscam apoio financeiro para a capacitação de pessoal, levantamento e organização da história do oeste.

Não obstante a precariedade de recursos, a FUNDESTE vem desenvolvendo todo um projeto de dinamização buscando inserir-se mais e mais nas comunidades de sua área de abrangência para resgatar a finalidade precípua de sua criação e da futura Universidade do Oeste, ou seja, de ser instrumento de desenvolvimento do Oeste Catarinense.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO ASSESOAR
Cx. Postal, 124 – Fone:(0465) 23-4744
85.600 – FRANCISCO BELTRÃO – PR